

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

ÁGELA MARIA PEREIRA DA SILVA

**EDUCAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS: Impactos e contribuições do
Programa de Assistência Estudantil no desenvolvimento dos
discentes do IFTO Campus Araguatins - TO**

Taubaté – SP

2013

ÁGELA MARIA PEREIRA DA SILVA

**EDUCAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS: Impactos e contribuições do
Programa de Assistência Estudantil no desenvolvimento dos
discentes do IFTO Campus Araguatins - TO**

Dissertação apresentada para obtenção do título de mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-Graduação em Administração do Departamento de Economia, Contabilidade e Administração da Universidade de Taubaté.

Área de Concentração: Avaliação e Políticas de Desenvolvimento Regional

Orientadora: Prof^ª. Dra. Elvira Aparecida Simões de Araujo

**Taubaté – SP
2013**

Ficha catalográfica elaborada pelo
SIBi – Sistema Integrado de Bibliotecas / UNITAU

S586e Silva, Ágela Maria Pereira da
Educação e políticas públicas: impactos e contribuições do programa
de assistência estudantil no desenvolvimento dos discentes do IFTO
Campus Araguatins - TO / Ágela Maria Pereira da Silva. - 2013.
93f. : il.

Dissertação (mestrado) - Universidade de Taubaté, Departamento de
Economia, Contabilidade e Administração, 2013.

Orientação: Profa. Dra. Elvira Aparecida Simões de Araujo,
Departamento de Economia, Contabilidade e Administração.

1. Educação. 2. Políticas públicas. 3. Programa de assistência
estudantil. 4. Vulnerabilidade social. I. Título.

ÁGELA MARIA PEREIRA DA SILVA

EDUCAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS: Impactos e contribuições do Programa de Assistência Estudantil no desenvolvimento dos discentes do IFTO Campus Araguatins - TO

Dissertação apresentada para obtenção do título de mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-Graduação em Administração do Departamento de Economia, Contabilidade e Administração da Universidade de Taubaté.

Área de concentração: Avaliação e Políticas de Desenvolvimento Regional

Data: _____

Resultado: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dra. Elvira Aparecida Simões de Araujo (orientadora) Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Prof^a Dra. Mônica Franchi Carniello

Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Profa. Dra. Andreia Maria Pedro Salgado

Universidade Estadual Paulista

Assinatura _____

“O retorno da boa educação é alto para os cidadãos e mais alto ainda para a sociedade”.

José Pastore

Dedico este trabalho a minha filha: Ságilla
Pereira da Silva, aos familiares e amigos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, através dele encontrei força para concluir mais esta etapa da vida. À minha família, em especial à minha mãe Tereza Moura, reconheço que sem ela não seria possível, a minha filha Ságilla Pereira, pelo carinho, paciência e compreensão quando precisei me ausentar. Aos meus sobrinhos e aos meus irmãos. Ao meu pai (in memoriam) que tanto sonhava com minhas vitórias e a minha avó, ambos acreditaram em meu potencial e me instigaram ao estudo.

Pessoas especiais que contribuíram e apoiaram diretamente para que esta etapa de meu aperfeiçoamento profissional fosse concluída com sucesso e as que indiretamente me incentivaram a finalizar este trabalho: Kely Cristina, Virginia Bevides, Dhekison Aguiar, Eraldo Carlos e Dinicley.

Aos meus colegas do mestrado, em especial Luzia Matos e meu amigo de todas as horas Paulo Hernandes Silva que não mediu esforços em me encorajar todas as vezes que pensei em desistir. Ambos os amigos de longos debates e trabalhos.

Aos meus professores do mestrado que, foram essenciais e importantes, em especial a minha orientadora Dr^a Elvira Aparecida S. de Araújo, pela paciência, dedicação e principalmente por sua alegria e entusiasmo que possibilitou com sua orientação, leitura e sugestões para o desenvolvimento deste estudo.

As Instituições em que trabalho pelo apoio financeiro e incentivo profissional, aos diretores, coordenadores, professores e demais servidores e funcionários do IFTO e UNISULMA. Sou muito grata por tudo, pois ambas as instituições entenderam minha ausência quando foi necessária e me apoiaram nesta caminhada. Ao Reitor do IFTO, Professor Me. Francisco Nairton do Nascimento. Ao Diretor Geral do Campus Araguatins (IFTO), Professor Me. Décio Dias dos Reis. A coordenadora do Curso de Serviço Social UNISULMA, Professora Marizângela Taveira.

Aos alunos beneficiados pelo programa PNAES, objeto de estudo desta dissertação, meu agradecimento sincero por atenderem minha solicitação, sem vocês não seria possível a efetivação deste trabalho.

Ágela Maria Pereira da Silva

RESUMO

O presente trabalho aborda a questão da educação e políticas públicas. O objetivo é avaliar os impactos e contribuições do Programa de Assistência Estudantil no desenvolvimento dos discentes do IFTO Campus Araguatins/TO sob a perspectiva dos contemplados pelo programa. A educação é compreendida como um instrumento para promover o crescimento e reduzir a pobreza. Recentemente o investimento no educando tem sido cogitado e desenvolvido a fim de contribuir para o crescimento não só intelectual, mas também físico, psicológico e social. Neste panorama, surge o Programa de Assistência Estudantil com objetivo de garantir a inclusão e permanência dos alunos que apresentam vulnerabilidade socioeconômica. Neste sentido, é relevante entender o processo de educação, das políticas públicas e por fim conhecer os resultados da implantação do programa no IFTO Campus Araguatins/TO. Para atingir os objetivos, foi realizada uma pesquisa por meio de aplicação de questionários com perguntas abertas e fechadas aos 280 alunos, o que corresponde a 100%, ou seja, todos os alunos contemplados pelo programa PNAES no ano de 2012. A pesquisa caracterizou-se como exploratória, sendo utilizados métodos de abordagem quantitativa e qualitativa. Quanto ao delineamento a pesquisa foi documental seguida de pesquisa de campo e de levantamento. Os resultados obtidos mostram a grande importância do programa na mudança positiva na vida dos estudantes. Os mesmos afirmam a amplitude de desenvolvimento no aspecto financeiro, bem como educacional, pois depois da inclusão sentiram-se motivados a darem continuidade aos estudos.

Palavras-chave: Educação. Políticas Públicas. Programa de Assistência Estudantil. Vulnerabilidade Social.

ABSTRACT

EDUCATION AND PUBLIC POLICY: Impacts and Contributions Program Student Assistance in the development of the students of Campus IFTO Araguatins – TO

This paper addresses the issue of education and public policy. The objective is to evaluate the impacts and contributions Student Assistance Program in the development of students of Campus IFTO Araguatins / TO from the perspective of the contemplated program. Education is understood as an instrument to promote growth and reduce poverty. Recently the investment in schooling has been considered and developed in order to contribute to the growth not only intellectual, but also physical, psychological and social. In this scenario, there is the Student Assistance Program in order to ensure the inclusion and retention of students who have socioeconomic vulnerability. In this sense, it is relevant to understand the process of education, public policy and finally know the results of the implementation of the program in IFTO Campus Araguatins / TO. To achieve the objectives, a survey was conducted through questionnaires with open and closed questions to 280 students, which corresponds to 100%, ie all students covered by the program PNAES in 2012. The study was characterized as exploratory, being used methods of quantitative and qualitative approach. Regarding the research design was followed by documentary research and field survey. The results show the importance of the program in positive change in the lives of students. They claim the breadth of development in the financial aspect, as well as educational, because after inclusion felt motivated to build on the studies.

Keywords: Education. Public Policy. Student Assistance Program. Social Vulnerability.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Áreas e descrições das ações	38
Quadro 2 – O que mudou no aspecto financeiro, educacional e familiar	69
Quadro 3 – Cumprimento das condicionalidades do programa	77

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – IDH/PNUD/ONU	35
Tabela 2 – População e amostra	45
Tabela 3 – Valor pago por cada auxílio	53
Tabela 4 – Características da população pesquisada	55
Tabela 5 - Opinião dos alunos acerca das condições de acesso ao programa	72
Tabela 6 – Quantidade de alunos que já pensaram em desistir do curso	73
Tabela 7 – Por qual motivo pensou em desistir do curso	73
Tabela 8 – O valor recebido atende as necessidade básicas dos alunos	78
Tabela 9 – Utilização do recurso para a compra de produtos	81

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Visão sistêmica do Programa de Assistência Estudantil	39
Figura 2 – Mapa Campi UFT- Universidade Federal do Tocantins e IFTO Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins	42
Figura 3 – Vista aérea IFTO – Campus Araguatins	49
Figura 4 – IFTO – Campus Araguatins	50
Figura 5 – Organograma do IFTO – Campus Araguatins	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Cidade onde reside atualmente	57
Gráfico 2 – Estado de origem	58
Gráfico 3 – Idade	59
Gráfico 4 – Como mora o estudante	60
Gráfico 5 – Tipo de moradia da família	61
Gráfico 6 – Situação atual em relação ao orçamento familiar	63
Gráfico 7 – Renda familiar mensal	64
Gráfico 8 – Como ficou sabendo da seleção do programa	66

LISTA DE ABREVIações

IFTO	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
MEC	Ministério da Educação
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira
CPF	Cadastro de Pessoas Físicas
PROUNI	Programa Universidade para Todos
FIES	Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior
REUNI	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
CF	Constituição Federal
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
PAE	Programa de Assistência Estudantil.
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
PROEJA	O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
DAP	Departamento de Administração e Planejamento
DDE	Departamento de Desenvolvimento Educacional
CGAE	Coordenação Geral de Assistência Estudantil
UFT	Universidade Federal do Tocantins
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
1.1	Problema.....	16
1.2	Objetivos.....	17
1.2.1	Objetivo geral.....	17
1.2.2	Objetivos específicos.....	17
1.3	Delimitação do estudo.....	17
1.4	Relevância do estudo.....	18
1.5	Organização do trabalho.....	18
2	REVISÃO DA LITERATURA.....	20
2.1	Educação e desenvolvimento socioeconômico.....	20
2.2	Políticas públicas e assistência social.....	21
2.2.1	Pobreza e a assistência social.....	25
2.2	Educação e desenvolvimento socioeconômico.....	27
2.3	O desenvolvimento das políticas educacionais.....	29
2.3.1	O panorama da educação brasileira: estrutura e organização histórica	30
2.3.2	Políticas e programas de inclusão social.....	33
2.4	Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES.....	36
2.5	Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.....	40
2.5.1	Histórico dos Institutos Federais.....	40
3	MÉTODO.....	43
3.1	População e amostra.....	44
3.2	Instrumento(s).....	45
3.3	Procedimentos para coleta de dados.....	46
3.4	Procedimentos para análise de dados.....	46
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	48
4.1.	Caracterização do Campo de Investigação: IFTO Campus Araguatins.....	48
4.1.1	PNAES no Campus Araguatins/TO.....	52
4.2.	Caracterização dos sujeitos da pesquisa.....	54
4.3	Análise dos dados quantitativos.....	56
4.3.1	Perfil socioeconômico das famílias e dos alunos contemplados pelo Programa de Assistência Estudantil.....	56
4.4	Análise dos dados qualitativos.....	67
4.4.1	Visão dos discentes contemplados acerca dos benefícios e da efetividade do Programa de Assistência Estudantil.....	67
5	CONCLUSÃO.....	82
	REFERÊNCIAS.....	85
	ANEXO 1 – AUTORIZAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA.....	90
	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO AO ESTUDANTE.....	91

1 INTRODUÇÃO

A educação é concebida como um instrumento econômico indispensável ao desenvolvimento e ao progresso, como um direito social constitucionalmente estabelecido, por meio do qual a humanidade elabora a si mesma em todos os seus aspectos.

O conhecimento adquirido na escola necessita, antes de qualquer coisa, emancipar o sujeito para o pleno desenvolvimento, possibilitar uma vida melhor, com relação à saúde, ao trabalho, à família. A maior dificuldade para garantir a equidade social e o pleno desenvolvimento humano é reduzir a pobreza e as desigualdades sociais.

Assim, as políticas públicas a partir de programas de assistência ao educando deve procurar reduzir ao mínimo a iniquidade, as desigualdades, à exclusão e elevar ao máximo a equidade. O Estado deve organizar a escola e torná-la acessível a todos, independente de suas condições econômicas e sociais (SAVIANI, 2008).

Entretanto, o Brasil ainda não resolveu problemas oriundos das diferenças regionais. Tanto do ponto de vista qualitativo quanto dos indicadores quantitativos, é um país com índices desproporcionais no que diz respeito à socialização das riquezas produzidas, isso pode ser constatado a partir das disparidades regionais. Neste sentido, Oliveira (2000) destaca que a educação no Brasil ainda é bastante insatisfatória em comparação com países de nível de renda similar.

Segundo (VIEITEZ; BARONE, 2007, p. 271) “estudar em escola pública significa também vivenciar os estigmas e os preconceitos, principalmente de classe” Esta colocação evidencia o mundo dos alunos incluídos hoje no ensino público, isso é uma realidade constante.

Neste panorama, surge à importância da política de assistência estudantil, sendo um conjunto de ações voltadas ao atendimento a estudantes visando à permanência e êxito na perspectiva de inclusão social, produção de conhecimento, melhoria do desempenho escolar e de qualidade de vida (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, 2011).

Em consonância ao Decreto 7.234/2010 que dispõe sobre o programa de assistência estudantil o Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Tocantins – Campus Araguatins, vem implantando essa política, os alunos contemplados são

selecionados segundo a necessidade e vulnerabilidade socioeconômica, seguindo o critério de menor renda familiar e renda familiar per capita.

Dentre os auxílios oferecidos ressalta-se: auxílio alimentação, auxílio moradia, auxílio transporte, auxílio creche, auxílio uniforme, auxílio bolsa estudante colaborador, auxílio material didático. Além disso, os alunos podem ser contemplados com ações relacionadas ao esporte, cultura e lazer, saúde e casos de emergência.

Assim, busca-se garantir a autonomia socioeconômica e pessoal do estudante como também a inserção social sem discriminação e qualquer forma de exclusão.

1.1 Problema

O atraso educacional é verificável pelos altos índices de analfabetismo associados à pobreza generalizada e a evasão escolar. Segundo Pilar (2013, p. 01) “O Brasil tem a maior taxa de abandono escolar no Ensino Médio entre os países do Mercosul. Segundo a pesquisa (2010), 1 em cada 10 alunos entre 15 e 17 anos deixa de estudar nessa fase”. A evasão escolar não se restringe somente ao Ensino Médio, mas também ao Ensino Superior. Para Pilar (2013, p. 01) “A evasão escolar ainda é um dos grandes problemas da educação brasileira”. Muitas vezes a falta de recursos socioeconômicos do estudante também o deixa distante da finalização do seu objetivo que é formação acadêmica. No Brasil ainda não existe igualdade de acesso e permanência no ensino.

Diante disso, é imprescindível que seja consolidada uma política nacional que reconheça que a educação é uma necessidade para o desenvolvimento socioeconômico e pessoal do educando, esta deve oferecer subsídios para o enfrentamento da pobreza, da exclusão e da desistência atribuída a várias implicações já citadas, assim, questiona-se: Quais os impactos e contribuições do Programa de Assistência Estudantil no desenvolvimento dos discentes do IFTO Campus Araguatins/TO?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral deste trabalho é avaliar os impactos e contribuições do Programa de Assistência Estudantil no desenvolvimento dos discentes do IFTO Campus Araguatins/TO sob a perspectiva dos contemplados pelo programa.

1.2.2 Objetivos Específicos

As propostas desse trabalho, além de discutir os impactos e contribuição do programa visam:

- Identificar o perfil socioeconômico das famílias e dos alunos contemplados pelo Programa de Assistência Estudantil;
- Discutir se os princípios e objetivos do Programa de Assistência Estudantil foram cumpridos quanto a sua abrangência e inclusão;
- Conhecer a visão dos discentes contemplados acerca dos benefícios e da efetividade do Programa de Assistência Estudantil;
- Identificar as mudanças ocorridas na vida dos alunos após a inclusão no Programa de Assistência Estudantil

1.3 Delimitação do estudo

O trabalho delimitou-se ao estudo dos impactos do Programa de Assistência Estudantil na vida dos discentes do IFTO Campus Araguatins/TO. Buscou-se discutir os impactos do programa a partir da opinião dos alunos contemplados e não de forma geral, pois não abrange a totalidade dos alunos matriculados no IFTO, mas

aqueles que passaram pelo processo de seleção e recebem auxílio/benefício como: auxílio alimentação, auxílio moradia, auxílio transporte, auxílio creche, auxílio uniforme, auxílio bolsa estudante colaborador, auxílio material didático.

1.4 Relevância do estudo

É pertinente perceber a importância da educação para o desenvolvimento humano. Através da educação, estimulam-se as habilidades do educando, novas aptidões são desenvolvidas e por intermédio de programas de assistência estudantil podem ocorrer transformações sociais. Essa assistência deve garantir a permanência dos alunos que apresentam dificuldades concretas de prosseguirem sua vida estudantil com sucesso.

A maioria dos alunos da rede pública advém de famílias consideradas de baixa renda, isso contribui para a evasão, ou seja, a não permanência nos cursos devido às condições de vulnerabilidade socioeconômica. Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2013 p. 01) “O Brasil tem a terceira maior taxa de abandono escolar entre os 100 países com maior IDH (Índice de desenvolvimento Humano)”. O documento revela também outro dado importante, que o Brasil tem a menor média de anos de estudo entre os países da América do Sul.

Diante disso, o referente estudo sobre os impactos e contribuições do Programa de Assistência Estudantil no desenvolvimento dos discentes do IFTO Campus Araguatins/TO é imprescindível, pois discute as possíveis mudanças na vida do aluno em todos os aspectos após a inclusão no programa. Consequentemente os resultados ficarão em banco de dados para posteriores pesquisas e possíveis transformações a respeito do programa.

1.5 Organização do trabalho

O presente trabalho foi organizado em cinco capítulos. O primeiro contempla a introdução, o problema, os objetivos gerais e específicos, a delimitação, a relevância do estudo e a organização do trabalho.

No segundo capítulo é apresentada a revisão de literatura, foi realizada uma breve abordagem sobre as características da educação pública brasileira, bem como o histórico do processo pedagógico, as políticas e programas de inclusão social, educação e desenvolvimento socioeconômico. Além disso, dá ênfase às políticas públicas e à assistência social no qual é apresentada a importância de ambas para o ensino/educação. Posteriormente é apresentado o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, conceitos e relevante debate acerca de sua implantação. Por último é destacado o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, histórico dos Institutos Federais.

O terceiro capítulo é composto pelo método de pesquisa, evidenciando o tipo de pesquisa utilizado, quanto à abordagem, objetivo e delineamento, população e amostra. São apresentados também os instrumentos utilizados e a forma que se deu a coleta, a análise e o tratamento dos dados.

O quarto capítulo apresenta os resultados e discussão e caracteriza o PNAES no Campus Araguaitns/TO. Este capítulo também apresenta a caracterização da população da pesquisada, o perfil socioeconômico das famílias e dos alunos contemplados pelo programa e a visão dos discentes contemplados acerca dos benefícios e da efetividade do programa. No último capítulo são apresentadas as considerações finais, no qual evidencia o alcance dos objetivos propostos nesta dissertação e finalmente são apresentadas as referências, anexos e apêndices.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Educação e desenvolvimento socioeconômico

O desenvolvimento pode ser conceituado como um processo de enriquecimento dos países e de seus habitantes, relacionado à ascensão no aspecto social, político e sustentável. (CLEMENTE, 2000). Todavia, o desenvolvimento garante lucro e investimento, mas nem sempre garante igualdade para uma população ou nação.

O Brasil é historicamente marcado pelas intensas desigualdades sociais e regionais caracterizados pela miséria, a ignorância, a enfermidade, dentre outros. Segundo Sen (2000, p. 30) muitas pessoas são vítimas de várias formas de privação de liberdade básica para sobreviver que lhes impede do processo de desenvolvimento. “Com grande frequência, a insegurança econômica pode relacionar-se à ausência de direitos e liberdades democráticas”.

O desenvolvimento não é restrito apenas a aspectos econômicos, mas ao político, cultural e social que partiu da percepção das desigualdades entre países e da disparidade entre regiões, as diferenças regionais são constantes.

Segundo Galvão (2004, p. 23):

O desenvolvimento brasileiro sempre teve feição regional. Algumas frações territoriais terminavam por se sobressair às demais, angariando recursos humanos, materiais e financeiros e confirmando a percepção corrente de um país de vastas extensões de terras e relativa escassez de homens.

Para Sen (2000, p. 18) “o desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação: pobreza, e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos [...]”. A formação do capital humano acontece a partir de determinantes como a educação e profissionalização.

No que concerne aos países de terceiro mundo destaca-se a exclusão da sociedade na área da saúde, educação, moradia, entre outros. A esse respeito Sen (2000, p. 29) ressalta:

Um número imenso de pessoas em todo o mundo é vítima de várias formas de privação de liberdade. Fomes coletivas continuam a ocorrer em determinadas regiões, negando a milhões a liberdade básica de sobreviver.

Mesmo nos países que já não são esporadicamente devastados por fomes coletivas, a subnutrição pode afetar numerosos seres humanos vulneráveis. Além disso, muitas pessoas têm pouco acesso a serviços de saúde, saneamento básico ou água tratada, e passam a vida lutando contra a morbidez desnecessária, com frequência sucumbindo à morte prematura.

Atualmente é constante a preocupação com problemas de desenvolvimento socioeconômico e com a educação, pois sem qualificação o processo de desenvolvimento não é sustentável, há uma relação direta entre a riqueza de um país e o nível de educação de seu povo (ROMANELLI, 2006). Um sistema educacional desprovido de qualidade e mal direcionado pode acarretar na formação de cidadãos dependentes e excluídos em função dessa dependência.

Segundo Apple e Beane (2001, p. 24): “os objetivos fundamentais da educação democrática é a transformação das condições que geram as desigualdades sociais e a realização de ações sustentadas na justiça social”.

Em um país capitalista no qual o desemprego, a fome e a miséria são fomentadas e reproduzidas através de políticas e programas seletivos, acaba condicionando o ser social através da dependência econômica, a permanecerem na condição de dependentes das ações do Estado que traz em seu bojo, ações de caráter compensatório, no combate à pobreza de forma seletiva e temporária.

Para Oliveira (2000, p. 138):

O crescimento econômico é condição necessária para o desenvolvimento humano; portanto, um requisito para eliminar a pobreza e construir uma vida mais digna. Nesse sentido, adverte que países em desenvolvimento como o Brasil não podem escolher entre crescer ou não, mas têm que necessariamente crescer.

A esse respeito Demo (2006, p.77), ressalta: “o critério mais fundamental do combate à pobreza será conseguir que o pobre se faça sujeito de suas próprias soluções”. Assim, oferecer condições para a autonomia por meio da educação e de políticas públicas educacionais precisas e não compensatórias devem estar presentes na atual sociedade.

2.2 Políticas públicas e assistência social

As políticas públicas são ações de cunho governamental, a mesma engloba também demandas, escolhas e decisões, formadas por vários programas que tem

sob sua responsabilidade garantir os direitos sociais, melhoria de qualidade de vida e redistribuição de renda (PEREIRA, 2008).

De acordo com Pereira (2008, p. 174) “política pública expressa, assim, a conversão de demandas e decisões em ações públicas que afetam e comprometem a todos”. Para melhor compreensão da política pública, faz-se, necessário o entendimento do que é política social, esta última é um conjunto de medidas e instituições que tem por objetivo o bem-estar da população e os serviços sociais.

Assim, as políticas sociais devem ser defendidas como instrumento estratégico das classes subalternas na garantia de condições sociais de vida aos trabalhadores para sua emancipação humana e a luta organizada para a conquista de emancipação política. Com isso, a busca da ampliação dos direitos e das políticas sociais é essencial, porque envolve milhões de brasileiros espoliados em qualidade de vida, dignidade humana, condições de trabalho [...] (PIANA, 2009, p. 50).

O avanço da produção e organização social capitalista sempre vem acompanhado de questões sociais complexas e intensas. O capitalismo também fomenta a luta pela garantia da satisfação das necessidades sociais como: a alimentação, a habitação, a saúde e a educação. Dessa forma a questão social transforma-se objeto de reivindicações.

As classes subalternizadas, lutando por sua sobrevivência, organizam-se e apelam para o atendimento de seus direitos sociais, como trabalho, remuneração, alimentação, saúde, moradia, educação. Este movimento envolve processos de esclarecimento, arregimentação, debate e mobilização, que supõem a liberdade e a resistência à opressão. (SPOSATI et.al, 2007, p. 37).

Retomando o processo histórico, a crises econômicas que assolaram o Brasil e o declínio do chamado milagre econômico brasileiro são os causadores da pauperização onde a desigualdade tem sido circunstancial (SPOSATI et. al, 2007). As implicações da crise são de diferentes ordens, ao mesmo tempo econômicas, políticas e sociais.

A economia no final da década de 1950 crescia a todo vapor, a inflação aumentava exageradamente e os salários dos trabalhadores caíam, mesmo com a elevação da produtividade. Isso levou ao empobrecimento cada vez mais das massas urbanas e rurais e, por conseguinte esses grupos empobrecidos que eram

numerosos começaram a pressionar politicamente. Como é evidenciado por Sposati et. al (2007, p. 21):

A pobreza, o desemprego e a violência ganham uma expressão dramática (...). O social torna-se campo de reivindicação coletiva onde os seguimentos espoliados se manifestam e exigem um novo direcionamento das propostas sociais.

Diante disso, novos interlocutores e sujeitos sociais surgiram no campo das políticas sociais, a partir da participação popular da sociedade civil que passou a compor os conselhos na formulação, implementação, gestão e controle social destas políticas (PIANA, 2009). “A Constituição Federal de 1988 definiu instrumentos de participação da sociedade [...] estabeleceu mecanismos de participação como plebiscito, referendo e de projetos de iniciativa popular” (PIANA, 2009, p. 43).

Os movimentos sociais como forma de mobilização na luta pela nova cidadania impulsionaram conquistas democráticas como a promulgação da Constituição de 1988 e a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).

Os direitos sociais, bem como os civis e políticos, têm sido objeto de disputa na sociedade, para que sua garantia possa ser efetivada. Nesse sentido, a luta pela universalização dos direitos civis e políticos e a busca da igualdade como meta dos direitos sociais são características de vários movimentos e declarações construídas pelos homens [...] (COUTO, 2008, p. 49).

No que concerne ao sistema de proteção social na Constituição Federal de 1988, destaca-se que a mesma recebeu uma ampla atenção com inclusão da Assistência Social pela primeira vez em uma Constituição Federal, como nos mostra Pereira:

As novas diretrizes contidas na Constituição previam: maior responsabilidade do Estado na regulação, financiamento e provisão de políticas sociais; universalização do acesso a benefícios e serviços; ampliação do caráter distributivo da seguridade, como um contra ponto ao seguro social, de caráter contributivo; controle democrático exercido pela sociedade sobre os atos e decisões estatais; redefinição dos patamares mínimos dos valores dos benefícios sociais; e adoção de uma concepção de “mínimos sociais” como direitos de todos [...] (, 2007, p.153)

A sociedade recorre às políticas públicas para construir consensos ou para controlar conflitos. Schmitter (1984, p. 34) destaca que a “política é a resolução pacífica para os conflitos”, é um conjunto de procedimentos formais e informais que

expressam relações de poder e que se destinam a resolver problemas quanto a bens públicos (RUA, 1998).

A Constituição Federal de 1988 atribuiu direitos fundamentais representando um marco na promoção da cidadania, com destaque declara o direito a educação e a assistência social: “São direitos sociais a educação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a maternidade e a infância, a assistência aos desamparados” (art. 6).

Todavia, o Brasil é um dos países subdesenvolvidos caracterizado por um capitalismo marcado pela extrema concentração de renda paralela a um capitalismo que produz e reproduz de forma cruel, profundas desigualdades sociais. De acordo com Behring e Boschetti (2008, p. 185):

O Brasil está em penúltimo lugar entre o conjunto dos países do mundo em distribuição de renda; 1,7 milhões de brasileiros ricos, ou seja, 1% da população se apropria da mesma soma de rendimentos familiares distribuída entre outros 86,5% milhões de pessoas (50% da população); 53,9 milhões de brasileiros (31,7% da população) sobrevivem com menos de R\$ 160,00 mensais e são considerados pobres; e 21,9% milhões de brasileiros (12,9% da população) são indigentes, ou seja, possuem uma renda familiar per capita inferior a ¼ dos salários mínimo.

A estrutura da desigualdade brasileira é discriminatória no que diz respeito à cor e gênero, ainda segundo Boschetti e Behring (2008, p. 185) “44% da população negra vivem em domicílios com renda per capita familiar inferior a meio salário mínimo, proporção que cai para 20,5% entre os brancos”. Vinte e um milhões de brasileiros que compõem a força de trabalho ativa ganham até um salário mínimo, o que cobre 23% de suas necessidades (SPOSATI et.al, 2007).

Diante disso, evidencia-se uma expressiva demanda por programas sociais, é nesse contexto que se resgata a assistência como política governamental. A assistência surge como instrumento para enfrentar a questão social, com o intuito de apaziguar as desigualdades sociais.

Para Raichelis (2008, p. 149) “a assistência social tem sido historicamente o lugar de atendimento das carências dos segmentos mais empobrecidos da população”. É um campo concreto de acesso a bens e serviços pela população pauperizada.

A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) afirma que:

A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. (art. 1º). A assistência social tem por objetivos: I – a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II – o amparo às crianças e adolescentes carentes; III – a promoção da integração ao mercado de trabalho. (art. 2º)

Os programas de transferência no Brasil, a partir do final do século XX, tornaram-se numerosos, hoje em sua grande maioria possuem como proposta acabar com a pobreza e a fome no país, através desses procura-se a viabilização dos direitos ligados à alimentação, saúde e educação.

Como resposta a demanda social o governo tem criado vários programas e projetos para assegurar os direitos garantidos em lei, à educação também tem sido um campo de preocupação e intensas reivindicações, atualmente encontrar formas para facilitar o acesso igualitário e permanência dos mais carentes é essencial e imprescindível.

2.2.1 Pobreza e a assistência social

O Brasil ocupa a sétima posição mundial dos países mais ricos (BARROS; CARVALHO, 2003). Todavia, a contradição estaria na divisão desta riqueza, ou seja, na desigualdade. “Cerca de 90 milhões de brasileiros, o equivalente a 34% da população em situação de pobreza e 15% em situação de extrema pobreza” (BARROS; CARVALHO, 2003, p. 02)

Retomando o processo histórico, destaca-se que o século XX foi marcado por uma política em que a proteção social estava basicamente atrelada ao trabalho, os excluídos desta realidade cabiam à filantropia e à caridade se responsabilizarem.

Para (MARCHESI; MARTÍN 2003, p.73):

Assim, reconhecer a “questão social” e o direito à proteção social, desatrelada do referencial “trabalho”, era quase impossível no pensamento liberal. Ele é o eixo divisor e agregador, fazendo com que a matriz do pensamento da assistência social, vista como amparo social privado, fique imiscuído neste modo de pensar. A persistência do componente liberal fará com que se determine o equacionamento da assistência social, sempre tendo como referência, de um lado, o trabalho e, de outro, o princípio da subsidiariedade, que desresponsabiliza e libera o Estado desta intervenção.

Hoje, século XXI o Brasil tornou-se um país moderno, industrializado e urbano que proclamou uma vasta gama de direitos e uma previdência social edificada a partir de mobilizações populares, mas que infelizmente traz consigo o velho e atual problema da pobreza e da desigualdade social que se caracteriza pela acentuada concentração de poder e de riqueza das classes e setores sociais dominantes e através da pobreza generalizada de outras classes e setores sociais. Neste aspecto Telles afirma que é,

No horizonte de uma sociedade que se fez moderna e promete a modernidade, inquieta. Nas suas múltiplas evidências, evoca o enigma de uma sociedade que não consegue traduzir direitos proclamados em parâmetros mais igualitários de ação. Sinal de uma população na prática destituída de seus direitos, a pobreza brasileira não deixa, de fato, de ser enigmática numa sociedade que passou por mudança de regime, fez a experiência de conflitos diversos, de mobilizações e reivindicações populares, que mal ou bem fez sua entrada na modernidade e proclama, por isso mesmo, a universalidade da lei e dos direitos nela sacramentados. (1999, p.82)

Desta forma, nosso país apresenta um verdadeiro dilema, a existência de inúmeros direitos sociais e o não cumprimento dos mesmos, que ao invés de garantir de forma universal esses direitos faz uma seleção, de um lado temos o trabalhador e do outro o pobre. A universalidade da lei que garante a todos a proteção social consagra desigualdades e anula na prática os efeitos redistributivos e compensatórios que supostamente são os objetivos das políticas sociais, legitimando a desigualdade social e em especial a pobreza.

Telles aponta, ainda, que o Estado ao lidar com a pobreza cria:

[...] “Mérito da necessidade” que define a natureza perversa de uma relação com o Estado que cria a Figura do necessitado, que faz da pobreza um estigma pela evidencia do fracasso do indivíduo em lidar com os azares da vida e que transforma a ajuda numa espécie de celebração pública de sua inferioridade, já que o seu acesso depende do indivíduo provar que seus filhos estão subnutridos, que ele próprio é um incapacitado para vida em sociedade e que a desgraça é grande o suficiente para merecer a ajuda estatal. (1999, p.95).

Sandroni (2007) define a pobreza como um estado de carência em que vivem indivíduos ou grupos populacionais impossibilitados, por insuficiência de rendas ou inexistência de bens de consumo, de satisfazer suas necessidades básicas de alimentação, moradia, vestuário, educação e saúde. Ainda a respeito da

pobreza, Sen (2000) ressalta que a mesma deve ser vista como privação de capacidades básicas e não como baixo nível de renda.

A pobreza no Brasil é inteiramente derivada deste processo de negação dos direitos, ao longo da história do Brasil em que o debate sobre o problema muitas vezes é separado de igualdade e da justiça social. Para Silva (2008) a determinação fundamental da pobreza é de natureza estrutural, decorrente, sobretudo da exploração do trabalho, geradora da desigualdade na distribuição da riqueza socialmente produzida. No sentido de ilustrar esse processo no Brasil, concorda-se com Telles quando afirma que:

[...] a sociedade brasileira carrega todo o peso da tradição de um país compassado escravagista e que fez sua entrada na modernidade capitalista no interior de uma concepção patriarcal de mando e autoridade, concepção esta que traduz diferenças e desigualdades no registro de hierarquias que criam à Figura do inferior e tem o dever da obediência, que merece o favor e proteção, mas jamais o direito. Tradição essa que se desdobra na prepotência e na violência presentes na vida social, que desfazem, na prática, o princípio formal da igualdade perante a lei, repondo no Brasil moderno a matriz histórica de uma cidadania definida como privilégio de classe. (1999, p.88-89).

A pobreza apresenta-se, nesse quadro como algo natural, banal, inevitável, externo e que não é visualizada a partir da indignação dos indivíduos, mas pelos olhos da piedade e da pena. As conquistas sociais no contexto neoliberal vêm sofrendo um desmonte, as noções de direito estão sendo substituídas novamente pela ideologia do favor. Aqui as conquistas democráticas parecem ser confrontadas, o que vem se traduzindo em práticas reais, onde se neutraliza as noções de ética e justiça.

A pobreza é alvo de muitas discussões e debates por parte de autoridades no país, porém são debates que não procuram a viabilização e garantia dos direitos e da justiça social, pois, o importante neste contexto neoliberal não é garantir a igualdade, mas garantir que o pobre tenha acesso aos mínimos para sua sobrevivência.

A partir desta perspectiva de garantir pelo menos os mínimos sociais para sua manutenção, surgem idéias sobre a criação de Programas de Transferência de Renda, também conhecidos como Programas de Renda Mínima como estratégia de enfrentamento da pobreza. Os países de terceiro mundo tende a compensar a perda

de renda advinda do desemprego e da desigualdade por meio dos programas de transferência de renda

O crescimento econômico pode ajudar não só elevando rendas privadas, mas também possibilitando ao Estado financiar a seguridade social e a intervenção governamental ativa. Portanto, a contribuição do crescimento econômico tem de ser julgada não apenas pelo aumento de rendas privadas, mas também pela expansão de serviços sociais (incluindo, em muitos casos, redes de segurança social) que o crescimento econômico pode possibilitar. (SEN, 2000, p. 57)

Os programas de transferência no Brasil, a partir do final do século XX, tornaram-se numerosos, hoje em sua grande maioria possuem como proposta acabar com a pobreza e a fome no país, através desses procura-se a viabilização dos direitos ligados à alimentação, saúde e educação.

No ano de 2003 o governo realizou a unificação de vários programas de transferência de renda o que resultou na criação do Programa Bolsa Família que representa a união de quatro programas de Transferência de Renda: Bolsa – Escola, Bolsa – Alimentação, Cartão – Alimentação e Vale Gás. Com isso o PBF passa a ser visto como:

O carro chefe das políticas sociais e tem também papel unificador de outras políticas. Articula-se com o direito à alimentação por meio da garantia de uma renda mínima; articula-se como saúde e educação por meio da cobrança de condicionalidades; articula-se com políticas de geração de trabalho e renda por que, no pacto de adoção firmado com os municípios, determina a adoção de ações complementares nesse sentido. O objetivo é transferir renda para as famílias mais pobres do país, como medida para combater a fome e a pobreza e, ao mesmo tempo, promover o acesso dessas famílias aos serviços públicos de saúde, educação e assistência social (BRASIL, 2004.).

No contexto da atual realidade brasileira, o Programa Bolsa Família foi criado pelo governo federal em 2003, como programa nacional de transferência condicionada, beneficiando famílias em situação de pobreza e extrema pobreza.

O Programa de Transferência de Renda Bolsa Família é um dos principais elementos das políticas sociais do governo federal, possui como objetivo combater a pobreza e a fome em nosso país, portanto é realizada uma transferência monetária para famílias pobres que possuem uma determinada renda per capita exigida pelo programa sem a necessidade de contribuição para seu recebimento.

2.3 O desenvolvimento das políticas educacionais

A educação é compreendida como um instrumento para promover o crescimento, reduzir a pobreza e garantir a sustentabilidade social, recentemente o investimento na educação busca contribuir para o crescimento não só intelectual, mas também físico, psicológico, social e econômico.

Neste capítulo, será possível refletir a história de uma educação que passou por marcas profundas e inúmeras transformações em diferentes conjunturas históricas impulsionando mudanças metodológicas e pedagógicas buscando sempre uma nova prática. É importante entender e considerar os sistemas educativos que ora existem, ou tenham existido.

Segundo Gadotti (2008) na Revolução Francesa a burguesia queria que a educação formasse cidadãos participantes de uma nova sociedade liberal e democrática. A burguesia assumiu o papel de defensora dos direitos de todos os homens, afirmando o ideal de igualdade e fraternidade.

Todavia, a burguesia ministrava uma educação diferenciada para cada classe e instigava as desigualdades. Gadotti (2008, p. 93) “A educação popular deveria fazer com que os pobres aceitassem de bom grado a pobreza”. Contrapondo-se a esta ideia a concepção socialista da educação propõe uma educação para todos, sem distinção de classes. Conseqüentemente começam a surgir críticas ao modelo tradicional de educar:

A crítica à escola tradicional efetuada pelo movimento da escola nova e o pensamento pedagógico existencial culminaram com a pedagogia antiautoritária. Essa crítica partiu tanto dos liberais quanto dos marxistas, que afirmavam a liberdade como princípio e objetivo da educação (GADOTTI, 2008, p. 173).

A teoria da escola nova buscava uma educação que fosse instigadora da mudança social, uma educação que ensinassem todos a governar, sem distinção, além disso, se transformasse porque a sociedade estava sempre em mudança.

No que concerne aos países colonizados de terceiro mundo, ressalta-se que os colonizadores combateram a educação e a cultura nativa, impondo seus hábitos, costumes, religião, além da escravidão de negros e índios que foram catequizados com o intuito de uni-los numa religião universal.

No período de 1930 a 1960, predominou na América Latina a teoria da modernização desenvolvimentista posteriormente surge à teoria da dependência, essa última foi dominante na primeira metade da década de 1970 com a forte presença do autoritarismo do Estado e dos militares, foi um período marcado pelo desencanto com a escola (GADOTTI, 2008).

Para Gadotti (2008) o pensamento pedagógico na América Latina desenvolveu-se somente quando findou a tutela do clero e a educação do colonizador, a imprensa e a escola pública impulsionaram o desenvolvimento do processo de ensino.

2.3.1 O panorama da educação brasileira: estrutura e organização histórica

A história da Educação no Brasil inicia com a chegada dos jesuítas, no âmbito do processo de colonização era caracterizada pela aculturação, imposição das práticas, técnicas e valores próprios que deveriam ser seguidos (SAVIANI, 2008). Piana (2009, p. 59) “A estrutura social era formada basicamente por escravos, incluindo os trabalhadores, os senhores de engenho, os grandes latifundiários e os funcionários da coroa”.

Através da obra dos Jesuítas a família patriarcal favoreceu formas de pensamento e ideias dominantes na cultura nativa, havia uma distinção entre o branco colonizador e a população negra e mestiça. E, por dois séculos, os jesuítas foram quase exclusivos educadores no País. A educação era destinada apenas aos donos de terra e senhores de engenho. A esse respeito Romanelli (2006, p. 33) afirma:

A escola era freqüentada somente pelos filhos homens que não os primogênitos. Estes recebiam apenas, além de uma rudimentar educação escolar, a preparação para assumir a direção do clã, família e dos negócios no futuro. Era, portanto, a um limitado grupo de pessoas pertencentes à classe dominante que estava destinada a educação escolarizada.

Consequentemente, a partir destas reflexões, percebe-se, que desde o início, o sistema educacional era organizado com estruturas excludentes e seletivas, dando prioridade aos brancos e donos de terra.

Com os avanços da sociedade no que diz respeito ao desenvolvimento urbano e industrial findou o modelo de ensino supracitado. Nesse sentido a história das ideias pedagógicas no Brasil desenvolveu-se sobre a base de uma estrutura material, cujo eixo dinâmico foi o processo de industrialização.

A luz de Piana,

As transformações ocorridas no setor econômico, político e social na Primeira República introduziram mudanças no setor cultural, pois a ideia de que a escolarização deve responder aos anseios das transformações sociais do século XX levou a um entusiasmo pela educação e a um otimismo pedagógico (2009, p. 62).

Ainda sobre o desenvolvimento urbano-industrial Gadotti (2008) relata que em 1930, a burguesia chega ao poder e apresenta um novo projeto educacional em resposta as reivindicações e movimentos sociais, nesse momento, a educação pública, passou a ter espaço nas preocupações do poder. Piana (2009, p. 64) ressalta ainda que:

Foi por meio das Conferências Nacionais de Educação que surgiu em 1932 o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, contendo uma nova proposta pedagógica e trazendo em seu bojo uma proposta de reconstrução do sistema educacional brasileiro, visando a uma política educacional do Estado.

Essa decisão também passou a ter impulso a partir da aprovação da Constituição Federal de 1934, que trazia em seu texto a educação como direito de todos e dever do Estado. Esta Constituição integrou escola primária, secundária e superior, além disso, foram introduzidos o ensino primário gratuito e obrigatório e o ensino religioso facultativo. Já a Constituição de 1937 introduziu o ensino profissionalizante, sendo obrigatória a criação de escolas nesta categoria.

Dessa forma, vale salientar, que os movimentos sociais e as lutas de classe foram imprescindíveis ao processo de transformação da educação, sem a existência dos mesmos não existiria a democratização do ensino público, nem tão pouco as transformações percebidas ao longo da história no que concerne aos direitos humanos. Essa constatação pode ser confirmada nas palavras de Wendhausen (2006, 128):

Os direitos são produtos históricos, resultantes da relação entre as demandas da sociedade civil. São oriundos da transformação social

ocorrida por meio de conflitos, lutas de classe, processos sociais e políticos que acompanham o desenvolvimento econômico da produção e da riqueza. Os direitos humanos surgem da evolução material, da complexidade social e das necessidades culturais e simbólicas da humanidade.

No final da década de 1950 e início dos anos de 1960, o processo de mobilização popular ganha força com o Movimento de Educação de Base (MEB) e o Movimento Paulo Freire de Educação de Adultos, cujo ideário pedagógico mantém muitos pontos em comum com o ideário da pedagogia nova.

À luz de Saviani (2008, p. 336) “pode-se considerar que a década de 1960 foi uma época de intensa experimentação educativa”, dentre as mudanças, ressalta-se a primeira Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Brasileira que foi promulgada em 20 de dezembro de 1961, Lei n. 4.024 entrou em vigor em 1962, ano seguinte de sua publicação, apresentando avanços no que diz respeito à educação pública gratuita à classe menos favorecida.

Oliveira (2000, p. 244) reforça afirmando que:

Durante os anos 60, a educação foi apontada como o melhor mecanismo para a mobilidade social e, indiretamente, para a redução das desigualdades sociais. Os anos 90 trarão como principal eixo a educação como equidade social. A transição de referências implica mudanças substantivas na organização e gestão da educação pública, atribuindo aos sistemas de ensino a competência de formar os indivíduos para a empregabilidade, a competitividade e para as exigências da sociedade do século do século XXI.

A partir de 1988 com o movimento da educação pública popular, o Estado foi reconhecido como único capaz de dar conta do nosso atraso educacional, para isso deveria existir uma aliança com a sociedade organizada. Em resposta as inquietações populares foi promulgada a Constituição Federal de 1988 que passou a assegurar os direitos sociais.

No ano de 1990 o discurso pedagógico foi enriquecido pela Conferência Mundial sobre Educação para todos, a partir deste momento houve a preocupação com uma educação dirigida à equidade social (OLIVEIRA, 2000). Além da discussão da educação como cultura. Temas como diversidade cultural, diferenças étnicas e de gênero começaram a ganhar espaço no pensamento pedagógico brasileiro.

Piana (2009, p.67) destaca:

A Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Brasileira de 1996 é a primeira lei geral da educação promulgada desde 1961 e tem ampla repercussão

sobre o sistema escolar. O governo assume a definição da política educacional como tarefa de sua competência, descentralizando sua execução para Estado e municípios.

Para Gadotti (2008) a educação é considerada em todos os seus graus como uma função social e um serviço essencialmente público que o Estado é chamado a realizar com a cooperação de todas as instituições sociais. Para verificar e vigiar o processo de ensino no país o Estado conta com a participação de várias instâncias e instituições, como exemplo, o Ministério da Educação:

O MEC terá a incumbência de vigiar para garantir a obediência e execução, por todas as instâncias, dos princípios e orientações fixadas na Constituição e nas leis ordinárias, auxiliando e compensando as deficiências e estimulando o intercâmbio entre os estados (SAVIANI, 2008, p. 246).

A educação nova reconhece que o processo de desenvolvimento pessoal e individual só é possível a partir do ensino. A educação deve ser concebida como uma função social de caráter popular e democrático, como instrumento de luta e de emancipação, os privilégios devem ser eliminados a fim de conquistar uma educação para todos.

No ano de 2001 o então concorrente a presidência do Brasil Luiz Inácio Lula da Silva apresentou como programa de governo “Uma Escola do Tamanho do Brasil”, o que contribuiu para sua vitória. Rocha (2011, p. 142) destaca:

O governo Lula, que se apresenta como um governo popular enfatiza que sua opção pela reforma universitária está calcada no entendimento de que a universidade tem um papel estratégico na construção de um novo projeto de desenvolvimento, que compatibilize crescimento sustentável com a justiça social [...].

Para Rocha (2011, p. 140) “A melhoria nos índices de escolarização [...] passa a ser motivo de preocupação de diferentes governos brasileiros, tornando-se uma das mais graves expressões da questão social”. A seguir será discutido acerca das políticas e programas de inclusão social e equidade escolar na conjuntura atual.

2.3.2 Políticas e programas de inclusão social

Segundo Rocha (2011, p. 103) “A desqualificação, ainda se faz muito presente nos bancos escolares”. Os alunos das camadas populares mais carentes

são praticamente impossibilitados de ter uma formação superior tanto no ensino público como no ensino privado, uma vez que, há um número reduzido de vagas e a grande procura, diante disso, os mais preparados conseguem o ingresso com mais facilidade.

Para Libânio (2004, p. 46):

A inclusão na universidade de jovens das classes populares faz-se pelo estudo e pelo trabalho. Ambos aparecem-lhe como portas de entrada nesse mundo de promessas que caracteriza sobre muitos aspectos, a modernidade.

Alguns alunos das classes populares conseguem concluir o ensino médio e ingressarem no ensino superior, todavia, aparecem muitos empecilhos no decorrer dos estudos que vão desde o cansaço permanente pela jornada de estudos e trabalho, a carência de recursos escolares, a dificuldade de acompanhar os conteúdos, a violência crescente e carência econômica.

A esse respeito (ROCHA, 2011, p. 127):

[...] existe um contingente de 11,95 milhões de pessoas com menos de 30 anos que já concluiu o ensino médio, mas encontra-se impossibilitado de cursar uma universidade, por inúmeras razões, provavelmente uma delas repousa no fato de não terem como manter economicamente uma formação superior.

Além disso, o baixo desempenho acadêmico durante o ensino fundamental e ensino médio contribuem para a não aprovação no nível superior ou desistência, ou seja, evasão do curso.

O país tem buscado alternativas e políticas públicas para reduzir a presente realidade tanto no aspecto social quando educacional, uma vez que, o desenvolvimento inclui todos os ângulos relativos à expectativa de vida da população, segundo o (PNUD, 2013 p. 02) “O país está na posição 85ª do ranking que leva em conta a expectativa de vida, o acesso ao conhecimento e a renda per capita”. Ainda conforme o (PNUD, 2013, p. 02) o IDH do Brasil é “menor que a média dos países da América Latina e Caribe”.

País	Posição no ranking	IDH		
		População alfabetizada	População com pelo menos ensino médio completo	Taxa de evasão escolar
Noruega	1º	0,955	100%	95,2%
Austrália	2º	0,938	100%	92,2%
Estados Unidos	3º	0,937	100%	94,5%
Holanda	4º	0,921	100%	88,9%
Alemanha	5º	0,920	100%	96,5%
Chile	40º	0,819	98,6%	74%
Argentina	45º	0,811	97,8%	56%
Uruguai	51º	0,792	98,1%	49,8%
México	61º	0,775	93,1%	53,9%
Brasil	85º	0,730	90,3%	49,5%

Tabela 01 - Fonte: Pnud/ONU (2013)

Diante disso, a educação deve oferecer além do conhecimento, a igualdade de oportunidade e a autonomia do estudante, passando a ser um instrumento de ascensão social. Conforme destacou (GADOTTI, 2008, p. 312):

A educação moderna trabalha com o conceito-chave “igualdade” (buscando eliminar as diferenças) e a educação pós-moderna trabalha com o conceito-chave “equidade” (buscando a igualdade sem eliminar a diferença). O pressuposto básico da educação moderna é a hegemonia, universalização de uma visão de mundo. O pressuposto básico da educação pós-moderna é a autonomia, capacidade de autogoverno de cada cidadão.

Assim, a autonomia, a igualdade e principalmente a emancipação tornam-se possíveis a partir da educação. A esse respeito Backx (2006, p. 122) destaca que a educação tem “por finalidade a formação de sujeitos capazes de pensarem por si mesmos a partir do domínio dos bens culturais produzidos socialmente”. Desta forma, a assistência ao educando deve estar vinculada ao processo de ensino a fim de facilitar o desenvolvimento socioeconômico e pessoal do estudante.

Muitas vezes a discriminação e a desigualdade estão presentes, contribuindo negativamente no processo de educação. O governo tem apostado na fomentação de ações afirmativa dentro da proposta de educação inclusiva.

A esse respeito, Castro (2008, p. 90):

A adoção das cotas atualiza, assim, o debate sobre o sistema educacional, que tende a focar nos aspectos mais palpáveis de seu mais recente processo de precarização: o desafio da permanência na universidade, a

evasão e a repetência escolar. Subjaz a esse processo complexos projetos governamentais como ProUni (Programa Universidade para Todos) [...].

O PROUNI foi criado em 2004 e concede bolsas para estudos parciais e integrais em cursos de graduação em instituições privadas de ensino superior. O processo de seleção acontece por meio da nota obtida no ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio e é destinado aos egressos da rede pública.

Além deste existem o Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (FIES) que financia os cursos de graduação, no ensino superior privado, para estudantes que não possuam condições financeiras de arcar com os custos de sua formação. O prazo para quitar a dívida passa a ser de duas vezes a duração do curso (CASTRO, 2008).

O outro programa é o REUNI – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais têm como objetivo dar condições para que as universidades federais ampliem o acesso e garantam a permanência de estudantes na educação superior.

Todos os programas criados pelo governo buscam a equidade e qualidade na educação brasileira, redução de desigualdades e permanência dos alunos independente de sua condição socioeconômica.

2.4 Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES

A educação e assistência tiveram raízes e construções no processo de relação entre sociedade e o processo de evolução do modo de produção capitalista no país. Esta construção tem ocorrido num contexto de dominação e exploração e ambas foram ampliadas e materializadas, na busca de direitos sociais mínimos que garantissem a sobrevivência da classe trabalhadora.

O PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil, executado no âmbito do Ministério da Educação, foi criado por meio do decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010 com a finalidade de atender os alunos da rede de ensino federal.

As ações de assistência estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente. (art. 4º DECRETO nº 7.234/10).

A assistência estudantil por meio de programas e projetos precisa desenvolver ações para minimizar as desigualdades e escassez de recursos dos estudantes em suas especificidades enquanto sujeitos em formação e auxiliar financeiramente o estudante em situação de vulnerabilidade social, baseando-se em critérios como: renda per capita familiar e análise das condições socioeconômicas.

Ainda segundo o decreto, em seu artigo art. 5º, “serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica e com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio”.

O programa PNAES é necessário para a permanência no ensino médio e superior dos alunos oriundos de camadas populares que dependem da garantia do direito à assistência na educação. O art. 2º reforça essa importância, representados pelos objetivos do programa:

- I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
- II – minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
- III – reduzir as taxas de retenção e evasão; e
- IV – contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. (DECRETO nº 7.234/10).

Neste sentido, ressalta-se a necessidade da política de assistência aos estudantes nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia em consonância com o decreto supracitado. As ações de assistência estudantil do PNAES são desenvolvidas nas seguintes áreas:

Auxílio Transporte	Caracteriza-se no repasse mensal de auxílio financeiro ao valor gasto com o vale-transporte estudantil durante os dias letivos.
Auxílio Alimentação	Consiste na concessão de auxílio financeiro para refeição diária no refeitório do Campus durante o semestre letivo para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.
Auxílio Moradia	Destina-se a despesas com aluguel de imóvel, quando nos Campi não houver alojamento suficiente para todos.
Auxílio Material Didático	Caracteriza-se na oferta de material didático conforme a necessidade do estudante. ex.: calculadora, caderno, jaleco, pen drive, dentre outros similares.
Auxílio Uniforme	Consiste na concessão de duas camisas padrão do IFTO ao estudante, no <i>Campus</i> onde for exigido o uso obrigatório do uniforme.
Auxílio Bolsa Estudante Colaborador	Consiste na inserção do estudante em atividades de educação em serviço nas dependências do IFTO, por meio do desenvolvimento de atividades orientadas e vinculadas prioritariamente à área de formação do estudante.
Auxílio Emergencial	Consiste em fundo financeiro concedido aos estudantes em situação de vulnerabilidade social que não foram beneficiados com outros auxílios e que passam por situações emergenciais. ex.: desemprego, problemas de saúde, dentre outros.
Assistência Médica, Odontológica e Psicossocial	Consiste em serviços de saúde que objetivam prevenir doenças, promover saúde e reduzir problemas psicossociais vinculados principalmente às drogas e à violência difusa.
Auxílio pais- estudantes (creche)	Destinado aos pais-estudantes com crianças entre quatro meses e seis anos de idade.
Arte/Cultura e Esporte/Lazer	Consiste no desenvolvimento de ações que visam o crescimento artístico, político, cultural, esportivo e de lazer dos estudantes, propiciando a continuidade do processo pedagógico.
Inclusão Digital	Consiste em propiciar aos discentes acesso a internet, de forma limitada, possibilitando a participação de cursos específicos promovidos pela Instituição.

Quadro 01: Áreas e descrições das ações

Fonte: Regulamento do Programa de Assistência Estudantil – IFTO (2011); adaptado pela autora

As ações serão definidas e implantadas por cada Campi de acordo com as reais necessidades dos estudantes da região onde o campus é sediado. As ações devem estar integradas ao desenvolvimento pedagógico e ao exercício da cidadania, transformando-a, efetivamente, em política institucional a serviço da coletividade. O art. 4º do decreto afirma que “as ações de assistência estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, considerando suas especificidades”.

Para esclarecer como ocorrem as ações e resultados relacionados ao PNAES a Figura 1 apresenta a visão sistêmica do programa:

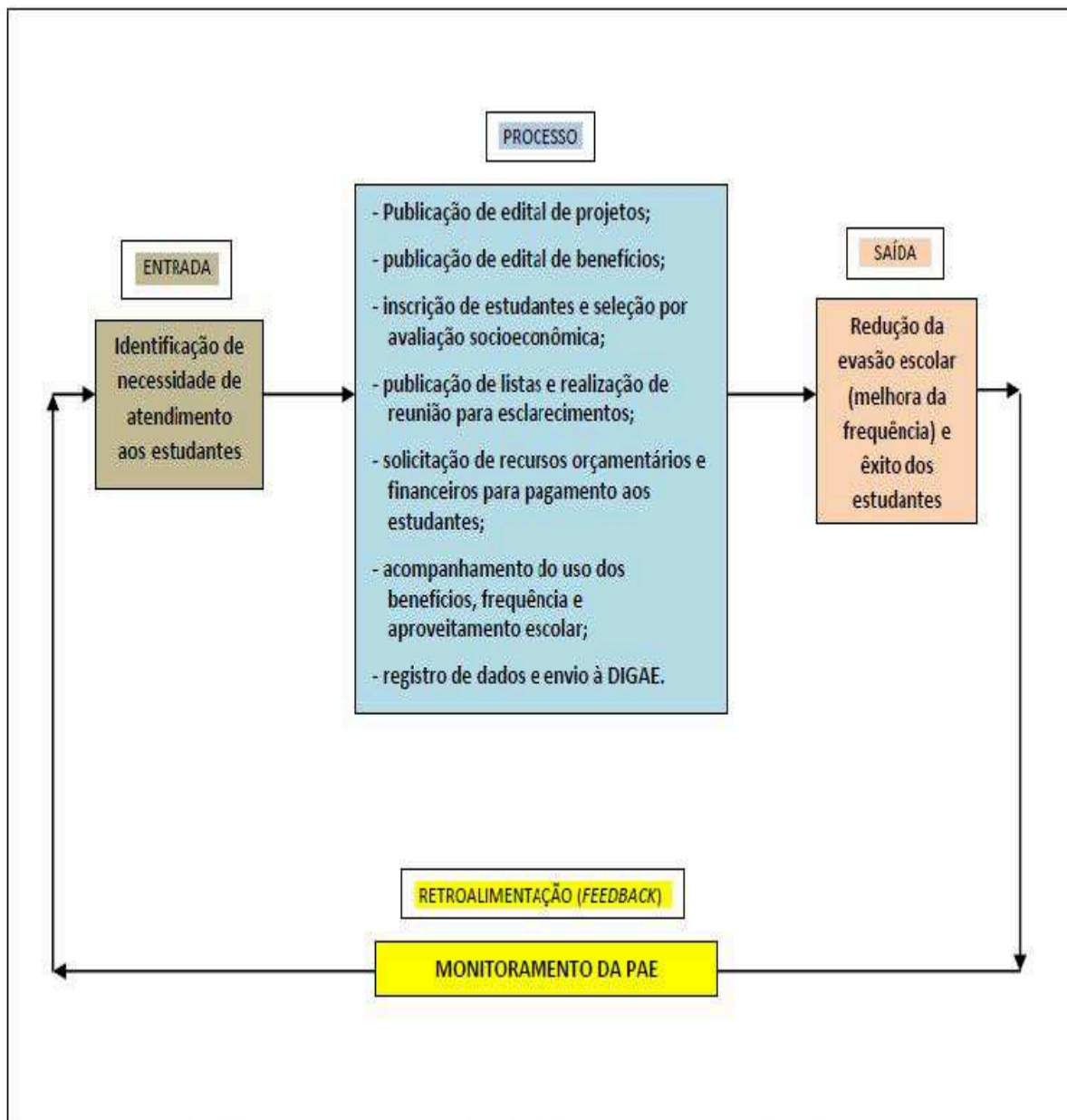


Figura 01 – Visão sistêmica do Programa de Assistência Estudantil. Fonte: www.ifsul.edu.br (2012, p. 30)

O Programa de Assistência Estudantil perpassa por todas as etapas citadas, vai desde a identificação de necessidades; da publicação do edital, até a redução da evasão escolar e melhora no êxito dos estudantes. O monitoramento é realizado pelo PAE – Programa de Assistência Estudantil.

2.5 Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

2.5.1 Histórico dos Institutos Federais

O Estado brasileiro, em 23 de setembro de 1909, através do decreto nº 7.566, assinado pelo presidente Nilo Peçanha, justificou a criação de uma rede de Escolas de Aprendizes e Artífices, o que mais tarde tornariam as conhecidas e denominadas: Escolas Técnicas Federais, Escolas Agrotécnicas Federais ou Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica (BRASIL, 2008).

No final dos anos 1930, as Escolas de Aprendizes Artífices dão lugar os Liceus Industriais, mas esta mudança pouco altera os objetivos atribuídos àquelas, no entanto, é a partir de 1942 que surgem as Escolas Industriais e Técnicas, no lugar dos Liceus Industriais, com o objetivo de oferecer formação profissional em nível equivalente ao do secundário [...] No ano de 1952, as Escolas Industriais e Técnicas são transformadas em autarquias e passam a ser denominadas Escolas Técnicas Federais [...] (BRASIL, 2008, p. 148).

A criação dos Institutos Federais de Educação Tecnológica foi fundamentada na Lei 11.892/08, com o objetivo de oferecer educação profissional e tecnológica em todos os níveis e modalidade, desde a educação básica a superior. A Rede Federal de educação Técnica e Tecnológica deve destinar metade de suas vagas ao ensino médio integrado à educação profissional e a cursos de engenharias e bacharelados tecnológicos e 20% a licenciaturas da natureza (física, química, biologia e matemática).

A implantação dos Institutos Federais, desde os primeiros registros e debates, sempre esteve relacionada ao conjunto de políticas para educação profissional e tecnológica, programas foram criados e ações foram desenvolvidas para alcançar novas conquistas.

Em dezembro de 2008, a Lei nº 11.892 cria 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, pela transformação e integração dos Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), escolas agrotécnicas e escolas técnicas (BRASIL, 2010, p. 11).

Os Institutos foram criados como instrumento de política voltado para as classes desprovidas, a chamada Rede Federal de educação Profissional, Científica e Tecnológica se configura como importante estrutura para que os cidadãos tenham afetivo acesso às conquistas científicas e Tecnológicas.

Retrata Pacheco (2010) que os IFET's se constituem como o melhor do que foi construído ao longo dos anos na Rede Federal no que tange às políticas de educação profissional e tecnológica do Governo Federal, tendo como características fundamentais a ousadia e a inovação, elementos indispensáveis no desenvolvimento de uma política educacional de qualidade comprometida com uma sociedade democrática e socialmente justa.

O IFET se propõe a realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo, e promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais. Deve, ainda, orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, a partir de mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural, em cada Instituto Federal (OTRANTO, 2010, p. 92).

Dessa forma, é possível dizer que o objetivo central destas instituições está relacionado não somente com a formação de um profissional para o mercado, mas também um cidadão para o mundo que seja capaz de superar o preconceito de classe de que um trabalhador não pode ser intelectual.

Os Institutos Federais apresentam um novo modelo de educação profissional, que oferece cursos técnicos de nível médio, cursos superiores de tecnologia, licenciaturas, dentre outros, a oferta de curso varia de acordo com os Campi e sua territorialidade. Segundo a Lei nº 11.892/08 art. 2º:

Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei.

Assim sendo, por meio dos Institutos Federais é possível haver uma valorização da educação e das instituições públicas de forma a favorecer a construção de uma nação soberana e democrática no intuito de combater as desigualdades estruturais de qualquer natureza.

A partir disso, há um crescimento expressivo da educação profissional e tecnológica, com a construção de vários campi pelo Brasil, subdivididos por regiões e cidades.

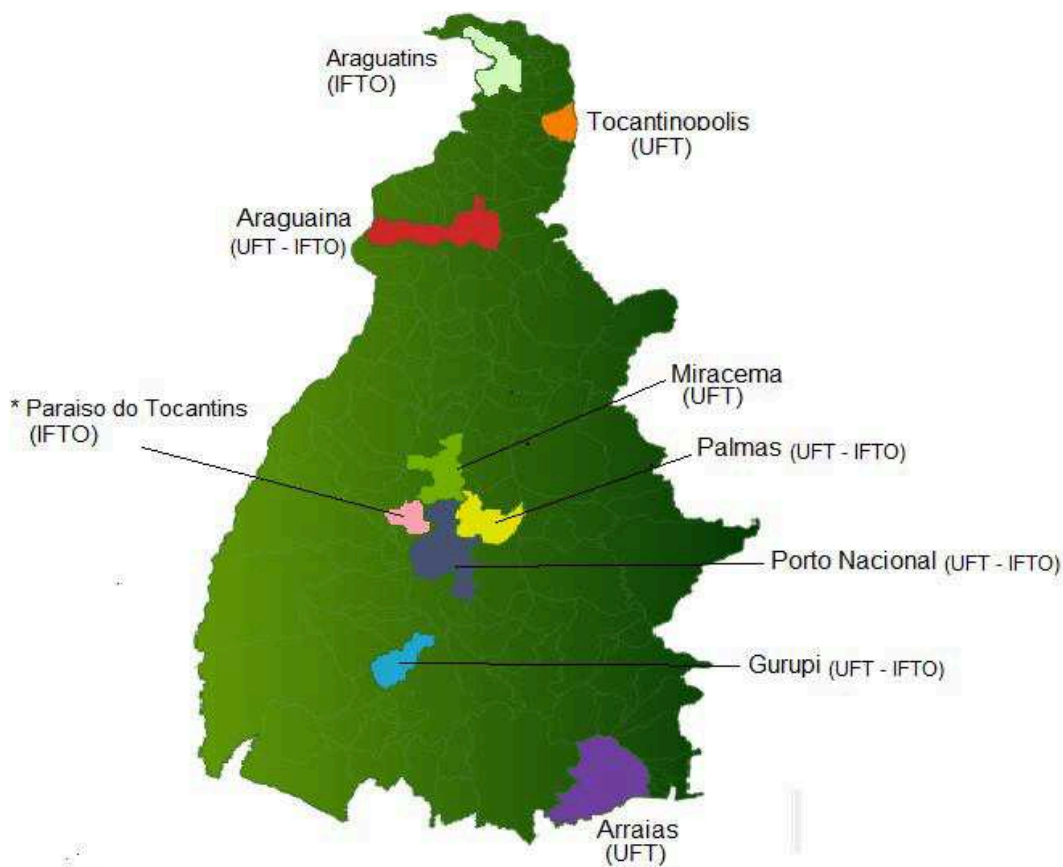


Figura 2 – Mapa Campi UFT- Universidade Federal do Tocantins e IFTO – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins.
 Fonte: <http://www.araguatins.ifto.edu.br> (2012).

Na Figura 2 estão apresentados tanto os Campis da UFT como do IFTO, todavia, chama-se atenção para este último, como instituição pesquisa, precisamente o Campus de Araguatins/TO que se encontra no Bico do Papagaio, conforme mata.

O Bico do Papagaio compreende a uma região composta por três estados: Tocantins, Maranhão e Pará (Mesorregião), 25 municípios fazem parte da Mesorregião no Estado do Tocantins: Augustinópolis, Buriti do Tocantins, Cachoeirinha, Carrasco Bonito, Darcinópolis, Esperantina, Itaguatins, Luzinópolis, Maurilândia do Tocantins, Palmeiras do Tocantins, Praia Norte, Santa Terezinha do Tocantins, São Bento do Tocantins, São Miguel do Tocantins, São Sebastião do Tocantins, Tocantinópolis, Axixá do Tocantins, Nazaré, Riachinho, Sampaio, Sítio Novo do Tocantins, Aguiarnópolis, Ananás, Angico e Araguatins. (BRASIL, 2009)

3 MÉTODO

O método é o elemento fundamental do processo do conhecimento científico. Para Severino (2007, p. 201) “trata-se de um conjunto de procedimentos lógicos e de técnicas operacionais que permitem o acesso às relações causais constantes entre os fenômenos”. Ainda a esse respeito Minayo (et.al. 1994, p.16) ressalta:

Entendemos por metodologia o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Neste sentido a metodologia ocupa um lugar central no interior das teorias e está sempre referida a elas.

Nesta perspectiva, a metodologia pode ser entendida como o caminho para compreender a realidade, um conjunto de técnicas, a teoria e a metodologia caminham juntas, sendo inseparáveis (MINAYO et.al, 1994)

A pesquisa se classifica da seguinte forma: quanto à abordagem é quantitativa e qualitativa que tem por objetivo apresentar em números as opiniões e informações e interpretar e compreender os fenômenos pela sua descrição. Segundo Dias e Silva (2010) a pesquisa qualitativa envolve a utilização de dados obtidos em entrevistas, documentos e observação na tentativa de compreender e explicar os fenômenos.

No que concerne ao objetivo à pesquisa é exploratória que conforme Gil (2008) apresenta como finalidade principal o desenvolvimento e esclarecimento do objeto de estudo proporcionando ao pesquisador maior familiaridade com o assunto, tornando-o mais explícito. Neste sentido, Severino (2007, p. 123) destaca “A pesquisa exploratória busca apenas levantar informações sobre um determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestação desse objeto”.

A pesquisa de campo foi realizada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – Campus Araguatins.

Para Gonsalves (2001, p. 67)

A pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas [...].

A centralidade foi obter respostas e discutir os impactos e contribuições do Programa de Assistência Estudantil para o desenvolvimento dos alunos, identificou-se o perfil socioeconômico das famílias e dos alunos contemplados. Posteriormente busca-se discutir se os princípios e objetivos do Programa de Assistência Estudantil foram cumpridos quanto a sua abrangência e inclusão, buscando conhecer a opinião dos discentes contemplados acerca dos benefícios e da efetividade do programa e por fim visa identificar as mudanças ocorridas na vida dos alunos após a inclusão no Programa de Assistência Estudantil.

Quanto ao delineamento da pesquisa, o mesmo foi identificado como documental seguida de pesquisa de campo e de levantamento. Para melhor compreensão Lakatos (2008, p. 188) afirma que a pesquisa de campo tem o objetivo de “conseguir informações de um problema, a qual se procura uma resposta, ou hipótese que se queira comprovar, ou ainda descobrir novos fenômenos e a relação entre eles”. O objeto de estudo é abordado em seu ambiente próprio. Já a pesquisa documental:

Tem-se como fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas, sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais. Nestes casos, os conteúdos dos textos ainda não tiveram nenhum tratamento analítico, são ainda matéria-prima, a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise (SEVERINO, 2007, p. 122,123).

A pesquisa de levantamento caracteriza-se pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer, ela ocorre mediante análise quantitativa e qualitativa

3.1 População e amostra

A pesquisa foi realizada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins. A população estudada foram exclusivamente os alunos selecionados e contemplados pelo Programa de Assistência Estudantil em 2012 no Campus Araguatins/TO.

A população foi formada por 280 alunos, o que corresponde à totalidade dos alunos contemplados pelo programa em 2012, 100% da amostra. Como observado na Tabela I, alunos matriculados no IFTO em 2012 do sexo masculino e feminino e

os alunos selecionados/contemplados pelo Programa de Assistência Estudantil em 2012 e os participantes da pesquisa.

Tabela 02: População e Amostra

IFTO	M	F	TOTAL
Alunos matriculados 2012	665	507	1.172
Alunos selecionados pelo PNAES 2012	162	118	280
Alunos participantes da pesquisa 2012	162	118	280

Fonte: A autora, 2012.

Os selecionados são dos cursos superiores de Licenciatura em Ciências da Computação, Ciências Biológicas; Bacharel em Agronomia e Ensino Médio Integrado ao Técnico em Agropecuária e Informática, Subsequente e Concomitante ao Ensino Médio, bem como, os alunos do PROEJA.

3.2 Instrumentos

Como instrumento de pesquisa foi utilizado um questionário elaborado pela autora com 13 perguntas fechadas e 09 perguntas abertas (APÊNDICE A). O questionário pode ser entendido como um conjunto de questões que tem como propósito levantar informações escritas por parte dos sujeitos da pesquisa, podendo ser questões fechadas e abertas (SEVERINO, 2007). Teve a finalidade de obter o máximo de informações ligadas ao objeto de estudo.

Os questionários foram entregues pessoalmente em sala de aula. Dessa forma foi explicado o porquê da pesquisa, ou seja, a importância de discutir aspectos relacionados ao Programa de Assistência Estudantil. Durante a aplicação do questionário foi possível utilizar a técnica de observação que facilitou a percepção de informações e atitudes que não são ditas pelos sujeitos, mas podem ser observadas.

Para facilitar a aplicação do questionário e conseguir respostas precisas escolheram-se os horários específicos dos alunos contemplados, pois alguns cursos de nível superior ocorrem no turno noturno, porém todos foram aplicados em sala com a presença do pesquisador.

3.3 Procedimentos para coleta de dados

Este trabalho foi analisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Taubaté, protocolo CEP/UNITAU nº 011/12. Antes da coleta foi solicitada a autorização para a direção da instituição tanto para a aplicação dos questionários quanto para acesso aos documentos institucionais.

Os dados foram coletados através de questionário com perguntas (abertas e fechadas) com os alunos selecionados pelo programa. Inicialmente foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e as informações referentes aos objetivos da pesquisa. Aos alunos com idade inferior a 18 anos houve prévia orientação e solicitação de assinatura do TCLE (responsáveis). Posteriormente os questionários foram distribuídos e aplicação em salas do IFTO.

3.4 Procedimentos para análise de dados

Após a aplicação dos questionários, os dados foram organizados para a obtenção dos resultados, buscou-se analisar e interpretar as informações, que inicialmente apresentam a caracterização e perfil dos alunos contemplados, convertidos em características mais importantes, números e valores percentuais por meio de quadro e gráficos.

As informações resultantes dos procedimentos de coleta e análise foram apresentadas através de quadros, gráficos e discussões dando ênfase aos dados quantitativos da pesquisa. Posteriormente, tendo como referência Franco (2008) e Bardin (1977) utilizou-se a análise de conteúdo para compreensão das respostas e modalidades/auxílios a partir de relevância teórica.

Segundo Franco (2008, p. 16):

Um dado sobre o conteúdo de uma mensagem deve, necessariamente, estar relacionado, no mínimo a outro dado. O liame entre este tipo de relação deve ser apresentado por alguma forma de teoria. Assim, toda a análise de conteúdo implica comparações contextuais.

Realizou-se a análise de conteúdo das questões abertas que foi subdividida em categorias, essa metodologia de análise e de interpretação permitiu compreender criticamente o sentido das falas dos sujeitos, no qual os resultados

foram discutidos e apresentados, dando ênfase aos dados qualitativos da pesquisa e fazendo inferências ao objeto de estudo e aos elementos da comunicação. Tais categorias foram organizadas de modo a compor o quadro interpretativo.

Assim,

A análise de conteúdo pode ser considerada como um conjunto de técnicas de análises de comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens [...] A intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e de percepção das mensagens, inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos, ou não) (BARDIN, 1977, p. 38)

Para facilitar a análise e compreensão os dados qualitativos, os resultados foram apresentados a partir de Tabelas, quadros e citações das falas da população e amostra desta pesquisa. Posteriormente, estes dados foram analisados e apresentados tendo como pressupostos as comparações contextuais de autores acerca da realidade exposta.

Para finalizar, os documentos institucionais: Regulamento do Programa de Assistência Estudantil – IFTO (2011) e Decreto nº 7.234/10 foram analisados e discutidos para compreensão dos objetivos, princípios e procedimentos normativos da efetivação do programa sendo confrontados com os dados advindos dos questionários. Esta análise aconteceu paralelamente as demais discussões, ou seja, durante a análise de dados e apresentação de cada gráfico, Tabela, quadro e citações dos alunos pesquisados.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Caracterização do campo de investigação: IFTO Campus Araguatins/TO

O município de Araguatins está localizado na Mesoregião Ocidental do Tocantins, sede da 1ª Região Administrativa do Estado, no vale do Araguaia, na Região Norte, mais conhecida como Bico do Papagaio. A população de Araguatins é constituída basicamente por descendentes nordestinos. Conforme a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (2008, p. 33) a cidade de Araguatins é a “mais desenvolvida da região norte do estado, denominada de Bico do Papagaio, e teve o seu povoamento marcado por fortes conflitos de terra”.

O município de Araguatins é uma das cidades do Tocantins com mais assentamentos rurais em sua sede, 18 no total. Na Região do Bico do Papagaio são 76 assentamentos atendidos pelo INCRA, somando um total de 4.128 famílias assentadas (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, 2008, p. 33).

As atividades econômicas presentes na formação do município de Araguatins como: a agricultura, a pecuária, o extrativismo vegetal, as pequenas indústrias, pesca e comércio varejista, contribuíram para a criação da EAFA - Escola Agrotécnica Federal de Araguatins em 1985 cujo objetivo era oferecer o ensino fundamental e médio com ênfase em formação técnica em Agropecuária e Economia Doméstica (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, 2008).

A partir de 16 de novembro de 1993 (Lei nº 8.731) a escola passa a ser uma Autarquia Federal. Em dezembro de 2008, com a Lei nº 11.892 a mesma é transformada em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, *Campus Araguatins*.

A Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (2008, p. 43) descreve que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, propõe-se:

- Ministar a educação básica, educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, observada a demanda estadual e regional;
- Ministar educação de jovens e adultos, contemplando os princípios e práticas inerentes à educação profissional e tecnológica;

- Ministrar ensino superior de graduação, licenciaturas, bacharelados, cursos superiores (...) visando à formação de profissionais e especialistas na área tecnológica; (...).

O Instituto está localizado no Povoado Santa Tereza a 7 km do centro da cidade de Araguatins e está sediado em imóvel próprio em uma área de 561 hectares. O IFTO Campus Araguatins apresenta uma área de terra correspondente a 5.618.398 m²: 2.809.199 m² de reserva legal, 38.175 m² de área urbanizada e 1.832.580 m² de área disponível para expansão (IFTO, 2013).

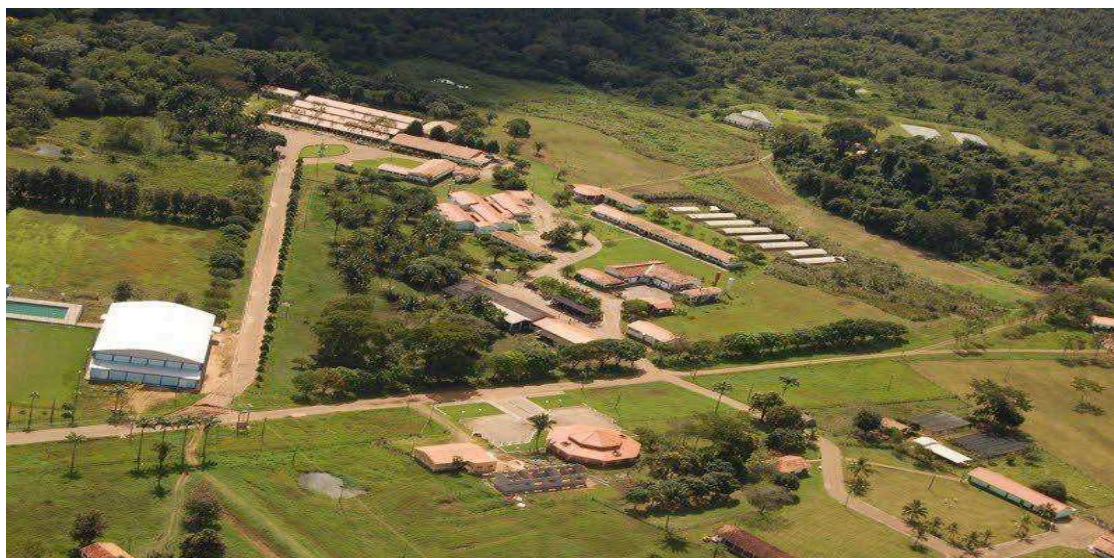


Figura 3 – Vista aérea IFTO – Campus Araguatins. Fonte: <http://www.araguatins.ifto.edu.br/> 2013

Atualmente o IFTO Campus Araguatins/TO conta com um percentual de aproximadamente 1.500 alunos e 187 servidores. Os cursos oferecidos são: Agropecuária, nas modalidades: Integrado ao Ensino Médio e Pós-Médio; Curso Técnico em Informática nas modalidades: integrado ao Ensino Médio, PROEJA e Concomitante; Cursos Superiores: Licenciatura em Ciências Biológicas, Licenciatura em Computação e Bacharelado em Ciências Agrônomas (IFTO, 2013).

Neste sentido, o IFTO Campus de Araguatins vem contribuindo a mais de 20 anos com o desenvolvimento da Mesorregião do Bico do Papagaio, promovendo atividades de ensino-pesquisa e extensão para comunidades do Tocantins, Pará e Maranhão. Os discentes deste Campus são advindos de todas as regiões próximas, especificamente dos estados citados. (IFTO, 2013)



Figura 4 – IFTO – Campus Araguatins. Fonte: <http://www.araguatins.ifto.edu.br/2013>

Segundo o IFTO (2010) o Campus Araguatins é dotado de autonomia administrativa, financeira, patrimonial, didática e disciplinar, compatíveis com a sua personalidade jurídica e de acordo com seus atos constitutivos. No art. 10º ressalta que “os departamentos serão dirigidos por diretores, por coordenadores gerais, a chefia de gabinete e a procuradoria jurídica por chefe”.

O diretor geral é nomeado pelo Reitor, para mandato de quatro anos, após consulta à comunidade, por meio de eleição. O diretor representa a instância maior na estrutura organizacional do Campus, o DAP – Departamento de Administração e Planejamento e o DDE – Departamento de Desenvolvimento Educacional têm competências essenciais e organizam os demais departamentos. Neste trabalho daremos visibilidade à área que compreende especificamente o Departamento de Desenvolvimento Educacional e seus subordinados, ao mesmo compete:

Planejar, coordenar, supervisionar, controlar e avaliar a execução das atividades referentes ao ensino, produção, pesquisa e de assistência ao educando. Assim como zelar pela articulação entre a educação profissional e as formas e estratégias de educação e de integração Escola/Comunidade (IFTO, 2010, Art. 36)

A estrutura organizacional básica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – Campus Araguatins compreende:

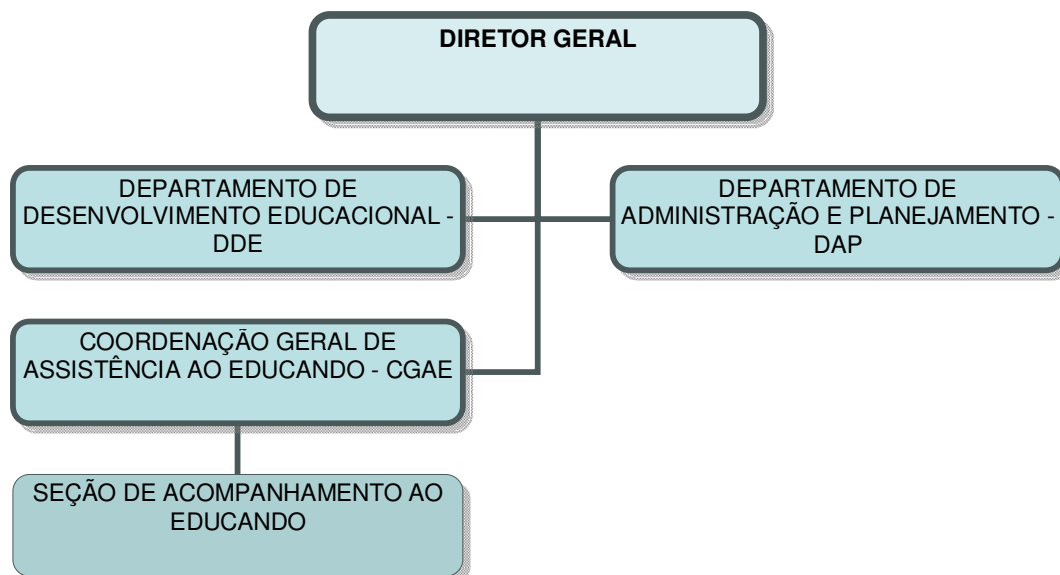


Figura 5 – Organograma do IFTO – Campus Araguatins.

Fonte: A autora, 2012

O organograma apresenta ainda o CGAE - Coordenação Geral de Assistência ao Educando, interligada diretamente ao DDE, a esta coordenação compete: “planejar, orientar, acompanhar, supervisionar e avaliar as atividades de atendimento ao corpo discente, referente ao ensino médio e profissionalizante” (Art. 58, REGIMENTO INTERNO IFTO CAMPUS ARAGUATINS, 2010). Dando sequência, o organograma apresenta a seção de acompanhamento ao educando que é subordinada ao CGAE, nela estão incluídas o serviço de psicologia e de assistência social.

Compete ao CGAE e ao Serviço Social estabelecer as diretrizes do Programa de Assistência Estudantil; realizar o processo de seleção dos alunos e fazer o acompanhamento do comportamento e desempenho do aluno beneficiado pelo programa. Segundo o Edital nº 07/2012 (IFTO, 2012):

[...] O processo seletivo está a cargo do CGAE – Coordenação Geral de Assistência ao Educando e Serviço Social do Campus Araguatins. A esta coordenação cabe à responsabilidade de planejar e executar o processo seletivo, bem como dar a devida publicidade às fases do mesmo, como: divulgação do edital, de resultados e quaisquer outras informações pertinentes ao processo.

Cabe ao Serviço Social enviar ao setor financeiro relatório assinado todos os meses, constando o nome do aluno beneficiado, CPF, banco, agência, conta corrente e valor a ser pago.

4.1.1 PNAES no Campus Araguatins/TO

O Programa de Assistência Estudantil tem por objetivo contribuir com o acesso, permanência e êxito no processo de formação educacional dos estudantes com baixa condição socioeconômica, sob a perspectiva da inclusão social e democratização do ensino, assegurando-lhes os meios necessários ao pleno desenvolvimento acadêmico.

O Programa de Assistência Estudantil do IFTO prevê medidas para democratização do acesso, permanência e sucesso profissional. Esta política se destina a todos os estudantes matriculados nos diversos campi do IFTO, prioritariamente aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica. De acordo com o Regulamento (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, 2011) e o Decreto nº 7.234/10 o Programa de Assistência Estudantil será regido pelos seguintes princípios:

- I – divulgação ampla dos benefícios, bem como dos critérios para o seu acesso;
- II – igualdade de condições para o acesso e permanência no atendimento, sem discriminação de qualquer natureza;
- III – supremacia do atendimento às necessidades socioeconômicas e pedagógicas;
- IV – defesa da justiça social e respeito à diversidade;
- V – gratuidade do ensino de qualidade.

Retomando, o Decreto nº 7.234/10 afirma que caberá a instituição federal de ensino superior definir os critérios e a metodologia de seleção dos alunos a serem beneficiados. Além da situação de vulnerabilidade socioeconômica, a seleção para o programa poderá vincular-se a fatores condicionantes, como: frequência e rendimento escolar. A seleção ocorre a partir de edital lançado no início de cada ano letivo, o período de vigência fica a cargo da coordenação responsável pela seleção.

Através do programa, o IFTO Campus Araguatins/TO busca o fortalecimento da autonomia e dignidade da pessoa humana, no mês de junho/11 houve a primeira seleção a partir do Edital nº 20 e 26/2011 quando 325 alunos foram contemplados.

Ao iniciar o ano letivo de 2012, houve uma nova seleção a partir do Edital nº 07/2012, no qual 280 alunos foram selecionados, considerando as especificidades do Campus e necessidades do público-alvo.

Vale ressaltar que auxílio é uma composição da renda, na maioria dos casos não cobre o valor integral de um aluguel, porém reduz as dificuldades financeiras, e dá oportunidade a um número maior de selecionados, pois a verba é distribuída entre as modalidades/auxílios.

O quantitativo de estudantes que são beneficiados depende preponderantemente dos recursos orçamentários disponíveis no *Campus*. As ações a serem implantadas em cada Campi serão, aquelas que a comunidade escolar julgar mais relevantes, que atendam as necessidades dos estudantes da região onde o campus é sediado. (IFTO, 2012)

Os auxílios oferecidos no Edital nº 07/2012 no IFTO Campus Araguatins foram: auxílio alimentação, auxílio moradia, auxílio transporte urbano I, auxílio transporte urbano II, auxílio transporte intermunicipal, auxílio creche, auxílio uniforme, auxílio bolsa estudante colaborador, auxílio material didático. O valor pago para cada aluno varia de acordo com o tipo de auxílio, ou seja, cada um com seu percentual correspondente ao salário mínimo vigente, no ano de 2012 o salário mínimo era de R\$ 622,00. Para esclarecer, o quadro abaixo apresenta o valor pago por cada auxílio.

Tabela 3: Valor pago por cada auxílio

Modalidade/Auxílio	Valor pago mensalmente
Auxílio Transporte Intermunicipal	20% do salário mínimo = R\$124,40
Auxílio Transporte Urbano I	14% do salário mínimo = R\$ 87,08
Auxílio Transporte Urbano II	07% do salário mínimo = R\$ 43,54
Auxílio Alimentação	10% do salário mínimo = R\$ 62,20
Auxílio Bolsa Estudante Colaborador	25% do salário mínimo = R\$ 155,50
Auxílio pais- estudantes (creche)	20% do salário mínimo = R\$124,40
Auxílio Material Didático	10% do salário mínimo = R\$ 62,20
Auxílio Moradia	20% do salário mínimo = R\$124,40
Auxílio Uniforme	Valor de duas camisas

Fonte: IFTO - Edital 07/2012 (2012, p. 02, 03); adaptado pela autora

Os alunos beneficiados recebem mensalmente o valor supracitado de acordo com a modalidade/auxílio, obedecendo ao período proposto pelo edital, que pode variar de meses a um ano ou dois anos. Todavia, o auxílio uniforme e o auxílio material didático serão recebidos uma única vez por cada aluno solicitante durante a

vigência do edital, os alunos que solicitaram recebem logo no primeiro mês, e deverão apresentar nota fiscal da compra de acordo com o valor repassado. O auxílio uniforme consiste na concessão de duas camisas padrão IFTO. (IFTO, 2012)

Dentre os auxílios supracitados somente o auxílio uniforme e o auxílio material didático podem ser cumulativos, ou seja, o aluno pode ser contemplado juntamente com outra modalidade de auxílio.

Ainda conforme o Edital nº 07/2012 (IFTO, 2012) o processo de seleção para o Programa de Assistência Estudantil 2012 obedeceu às seguintes fases:

1ª Fase:

- Análise do questionário socioeconômico e documentos;
- O Serviço Social classificará os alunos para cada modalidade tendo em vista a menor renda familiar e/ou per capita.

2ª Fase:

- Entrevista psicossocial e visita domiciliar (se houver necessidade);
- Seleção e classificação final dos candidatos.

3ª Fase:

- Divulgação do nome dos candidatos selecionados e classificados em suas respectivas modalidades de assistência.

Todos os alunos matriculados no IFTO Campus Araguatins/TO podem concorrer às modalidades/auxílios, desde que cumpram as exigências de acordo com os critérios estabelecidos.

Além de preencher a ficha social o aluno deve anexar documentos comprobatórios como: CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) e Carteira de Identidade do candidato e dos familiares; comprovantes de renda de todos os integrantes do grupo familiar com idade superior a 18 anos; comprovante de aluguel; comprovante de água, energia elétrica e telefone fixo ou móvel; comprovante de pensão alimentícia, paga ou recebida pelo estudante, dentre outros que se fizerem necessários para a avaliação.

4.2 Caracterização dos sujeitos da pesquisa

Com o objetivo de apresentar algumas características da população pesquisada a Tabela 03 sistematiza o perfil, subdividindo-os e apresentando por quantidade, no qual é apresentado o número de alunos beneficiados por cada auxílio, a modalidade de ensino, sexo e estado civil.

Tabela 4: Características da população pesquisada

Mod/Auxílio recebido	Quantidade de alunos contemplados	Modalidade de ensino				Sexo		Estado civil		
		Ens. Méd. Integ.	Ens. Sup.	EJA	Subse. Conco.	Mas.	Fem.	Solt.	Cas.	Outra Sit.
Auxílio Transporte Urbano I	24	14	04	--	06	13	11	18	02	04
Auxílio Transporte Urbano II	70	52	10	06	02	30	40	58	07	05
Auxílio Transporte Intermunicipal	30	26	03	--	01	15	15	29	--	01
Auxílio Alimentação	12	07	01	--	04	08	04	12	--	--
Auxílio Moradia	50	27	11	03	09	20	30	43	05	02
Auxílio Material Didático	18	14	--	--	04	17	01	17	--	01
Auxílio Uniforme	13	11	--	--	02	13	--	13	--	--
Auxílio Bolsa Estudante Colaborador	60	33	09	--	18	46	14	53	03	04
Auxílio pais-estudantes (creche)	03	01	01	01	--	--	03	01	02	--
TOTAL	280	185	39	10	46	162	118	231	21	28

Fonte: Pesquisa de campo, 2012

Constata-se a partir da Tabela 04 que os 280 alunos selecionados pelo Edital 07/2012 estão subdivididos entre as nove modalidades de auxílios, no ato da inscrição, o aluno aponta na ficha de inscrição a qual auxílio quer concorrer. No último edital a modalidade mais concorrida foram o auxílio colaborador e o auxílio moradia, isso se justifica pelo maior número de vagas disponíveis e também pelo valor oferecido, conforme já apresentado na Tabela I.

No que tange as modalidades de ensino, percebe-se que o maior número de contemplados é do Ensino Médio Integrado ao Técnico, uma vez que, estes alunos representam 70% do total geral de alunos matriculados no IFTO Campus Araguatins/TO, os outros 30% estão divididos nas demais modalidades de ensino oferecidos.

Na amostra total de 280 alunos, 162 são do sexo masculino e 118 são do sexo feminino. É importante destacar que a seleção não privilegia questão de gênero ou faixa etária. Retomando o histórico do IFTO Campus Araguatins/TO, destaca-se que em décadas anteriores os homens eram maioria, devido ao curso técnico de agropecuária, ser a única opção. Mas com o avanço do ensino médio e a inclusão de cursos de nível superior este quadro modificou-se, hoje as mulheres compõem quase cinquenta por cento do total de alunos matriculados.

Dentre as características da população pesquisada buscou-se saber o estado civil dos alunos contemplados, dos 280 alunos, 231 afirmaram serem solteiros, mais uma vez este número é justificado pelo grande número de alunos do ensino médio integrado ao técnico que estão na faixa etária entre 14 e 25 anos, podendo ser observado no gráfico 03 dos dados quantitativos. Nesta idade o casamento ou a união estável tornam-se mais difíceis, pois ainda são planos futuros para a vida de muitos jovens.

4.3 Análise dos dados quantitativos

4.3.1 Perfil socioeconômico das famílias e dos alunos contemplados pelo Programa de Assistência Estudantil

Na primeira parte do questionário constam perguntas relacionadas à identificação e outras informações que contemplam aspectos relacionados ao perfil dos discentes como: cidade onde reside atualmente, cidade de origem, idade.

Outros dados que também serão demonstrados em gráficos, referem-se a: conhecer como e com quem mora o estudante contemplado, tipo de moradia da família, número de cômodos da casa, situação atual relacionada ao orçamento familiar, renda familiar mensal e como o aluno ficou sabendo da seleção do programa. Os dados a seguir foram coletados e analisados a partir da aplicação do questionário (em apêndices).

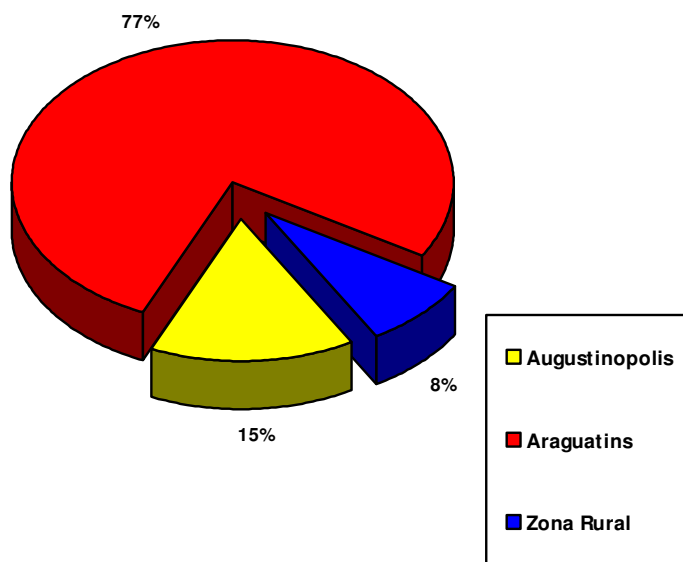
CIDADE ONDE RESIDE ATUALM ENTE

Gráfico 1 – cidade onde reside atualmente
Fonte: pesquisa de campo, 2012

Conforme Gráfico 1, é perceptível que em sua maioria os alunos contemplados residem atualmente em Araguatins/TO. Todavia, muitos são advindos de outras cidades, estes alunos necessitam alugar imóvel para permanecer na cidade e finalizar seu curso ou passar por seleção do alojamento da escola, que hoje atente 102 alunos do sexo masculino. Assim, é evidente que os familiares continuam residindo na cidade de origem do aluno.

Já os alunos que são advindos de Augustinópolis que contabilizam 15% e da zona rural 8% não necessitam distanciar-se da família, pois se deslocam de suas residências e retornam todos os dias.

Em seguida, foi realizado o levantamento da cidade de origem dos alunos, os 280 alunos são oriundos de diversas cidades e especificamente de três estados, para facilitar a tabulação dos dados, escolheu-se apresentar o gráfico subdividindo as resposta em três categorias, ou seja, nos três estados, conforme consta no Gráfico 02:

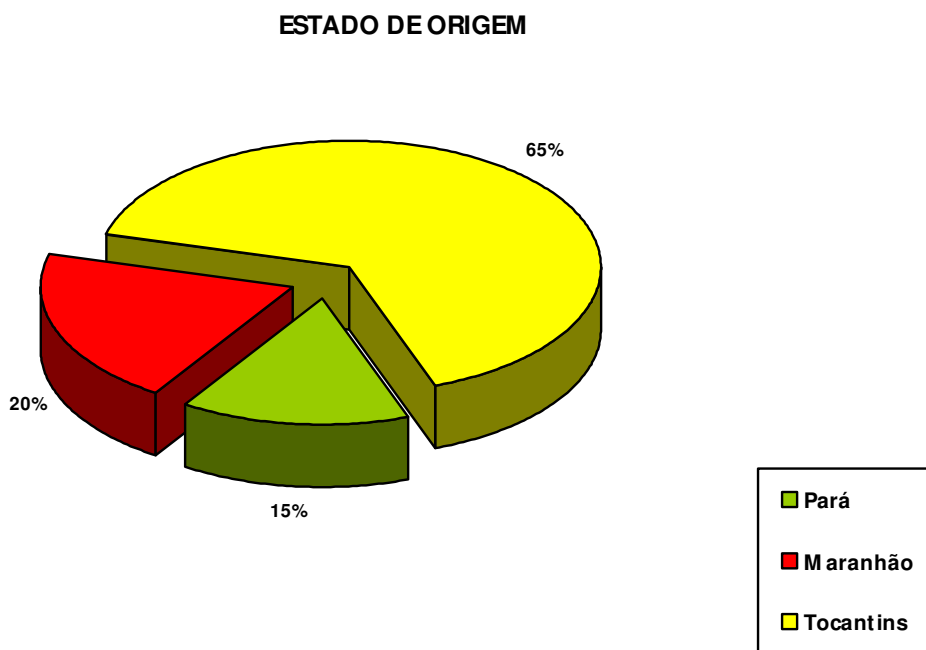


Gráfico 2 – Estado de origem
Fonte: pesquisa de campo, 2012

Conforme apresenta o Gráfico 02, os alunos atendidos pelo programa são de diferentes regiões, dentre as quais três prevalecem: 65% são advindos do Estado do Tocantins, 25% do Estado do Maranhão e 15% do Estado do Pará.

Essa diversidade está presente no cotidiano do aluno, muitos se encontram distantes da família, carentes e vulneráveis, sem condição alguma para manter-se na escola. A respeito dessa problemática o Decreto nº 7.234/10, art. 2º, inciso II aponta como um dos objetivos: “minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais [...]”. Diante disso, o aluno deve ter a garantia do acesso ao programa com o intuito de reduzir as disparidades.

Tomando como parâmetro, de acordo com (SEN; KLIKSBERG, 2010, p. 216):

Os jovens, apesar de suas supostas vantagens relativas em termos de adaptabilidade às novas tecnologias e flexibilidade, foram fortemente impactados pela evolução da pobreza [...] O total de jovens pobres era de 47,5 milhões em 2006, representando 35% do conjunto dos jovens [...] A pobreza era marcadamente superior entre os jovens rurais (51,1%) e na população indígena e afrodescendente (54,3%).

Neste panorama, ressalta-se que os alunos do IFTO Campus Araguatins/TO em sua maioria compõem famílias de zonas rurais, muitos sobrevivem da agricultura familiar de subsistência.

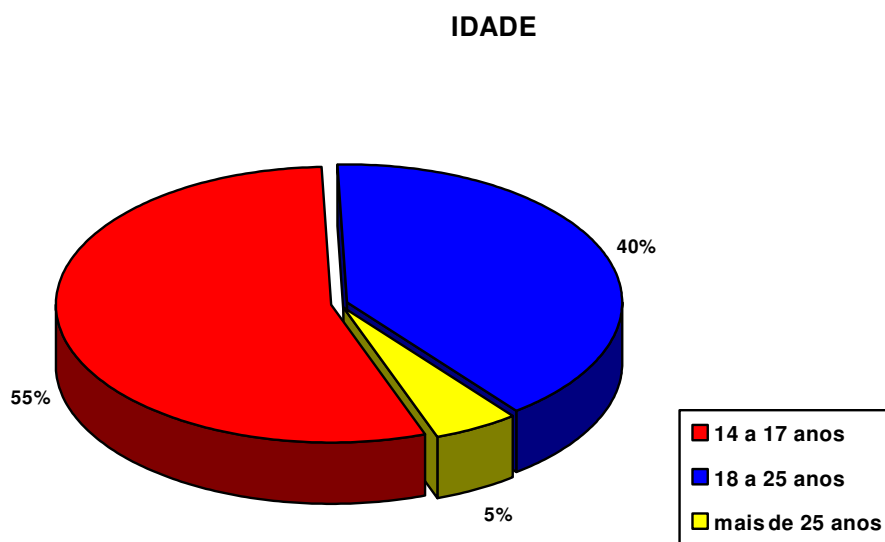


Gráfico 3 – Idade
Fonte: pesquisa de campo, 2012

O Gráfico 03 mostra que os alunos contemplados estão na faixa etária entre 14 anos período em que muitos dão início ao ensino médio, em menor número estão os alunos com mais de 25 anos, estes estão matriculados no nível superior ou EJA (Educação de Jovens e adultos).

COM O MORA O ESTUDANTE

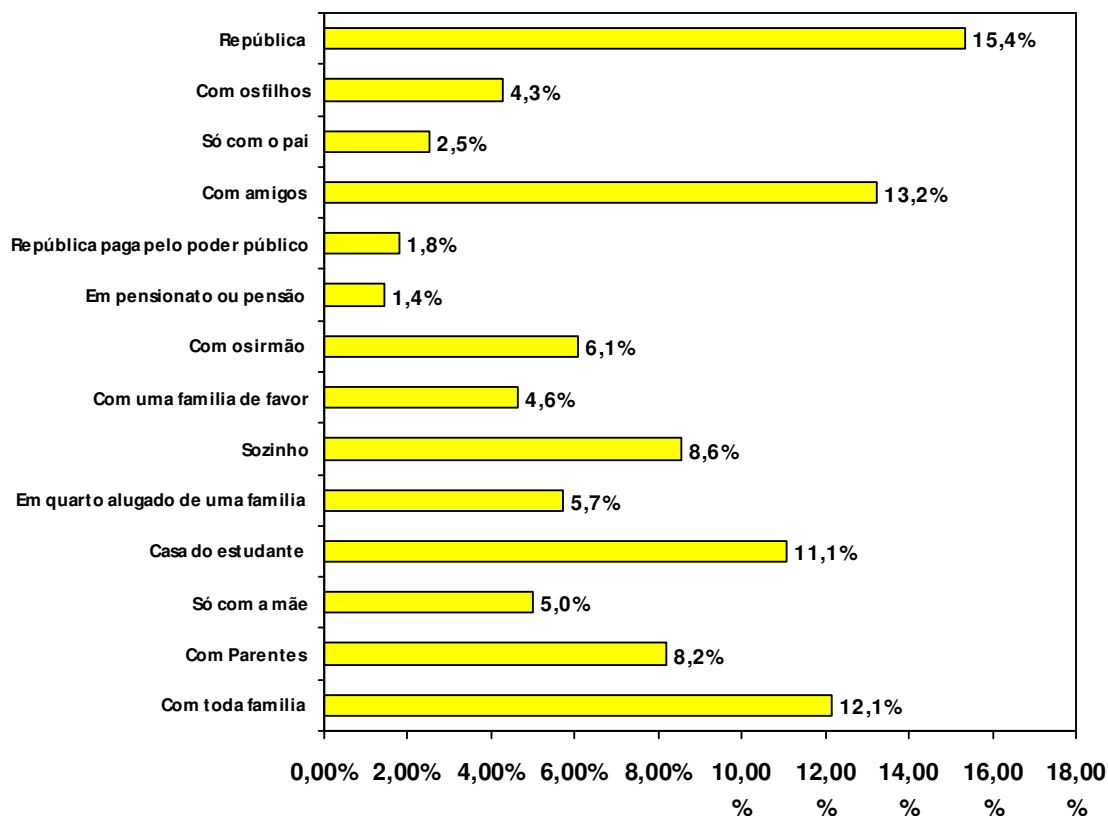


Gráfico 4 – Como mora o estudante
Fonte: pesquisa de campo, 2012

O Gráfico 04 apresenta como e com quem mora o estudante, 15,4% dos respondentes afirmaram que moram em uma república, geralmente estas repúblicas se caracterizam como um espaço pequeno, vários alunos pagam um valor para residirem, muitos destes dividem o local com amigos o que representa 13,2% das respostas ou com os irmãos 6,1%. Apenas 1,8% moram em repúblicas paga pelo poder público e 1,4% em pensionato ou pensão.

Como muitos destes alunos estão distantes dos demais integrantes da família, alguns moram sozinho o que representa 8,6%, ou com uma família de favor 4,6% ou em um quarto alugado de uma família 5,7%, vale ressaltar que desde a construção do Campus em Araguatins em meados da década de 80 vem crescendo

a construção de quitinetes para aluguel direcionado aos alunos que vem de diversas localidades e Estados.

No tocante aos alunos que informaram morar em casa do estudante 11,1%, os mesmos estavam se referindo ao alojamento oferecido dentro do Campus de Araguatins, ressalta-se ainda que os alunos alojados passam por uma triagem no início do ano letivo e aqueles que apresentam mais necessidades socioeconômica são selecionados, estes podem ficar alojados até findar o ensino médio se seguirem os critérios e rotinas estabelecidas.

O Campus oferece somente alojamento masculino, porém, o alojamento feminino está em construção e provavelmente passará a funcionar em meados do ano de 2013.

Com o gráfico supracitado, percebe-se também que muitos alunos ainda residem com toda a família o que representa 12,1% estes alunos selecionados moram na cidade de Araguatins/TO: com parentes 8,2%; com os filhos 4,3%; somente com a mãe 5,0%; somente com o pai 2,5%.

TIPO DE MORADIA DA FAMÍLIA

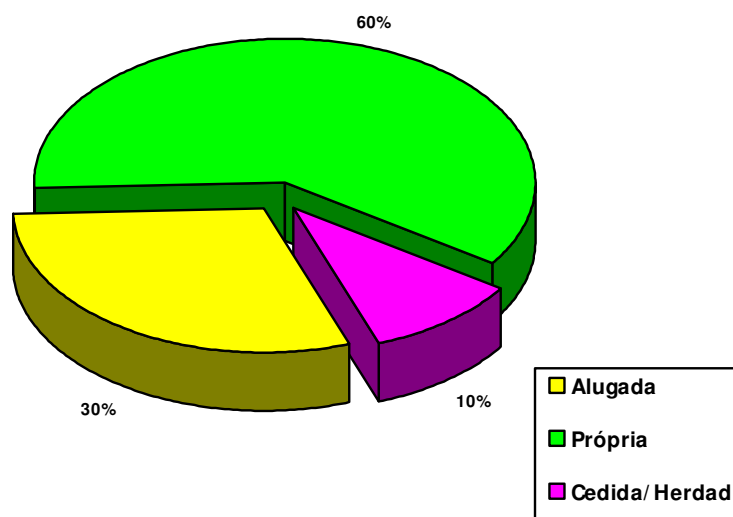


Gráfico 5 – Tipo de moradia da família
Fonte: pesquisa de campo, 2012

Do total das respostas, 30% informaram que a família não tem casa própria e 10% vivem em casa cedida ou herdada. Contudo, observou-se neste questionamento, que 60% dos alunos que informaram terem casa própria, não

apresentam vida digna, ou seja, muitas destas casas não possuem saneamento básico ou utensílios domésticos.

Quando questionados sobre o número de cômodos da casa, 90% dos alunos afirmaram que na residência têm um banheiro, dois quartos e uma sala, outro dado importante que pode ser verificado a partir dos questionários é que apenas 02 alunos moram em casa própria/financiada, os demais em casa própria/quitada.

Após a análise dos dados é perceptível que muitas das residências estão na área rural, algumas construções são de tábua e cobertas de telhas, segundo o relato de alguns alunos na data do preenchimento do questionário.

Como registra Raichelis (2008, p. 155):

A pobreza, para quem a vive, é, principalmente uma experiência de destituição material, cultural, política, social. Fundamentalmente é carência de direitos, de possibilidades, de esperança, é pobreza de direitos.

Diante disso, é notório que o simples fato de ter casa própria não garante estabilidade financeira, subsistência ou garantia de direitos. No que se refere ao aluguel, constatou-se que todos os alunos apontaram um valor menor que um salário mínimo por mês na locação. Os que afirmaram morar em casa cedida ou herdada apontaram que a concessão da moradia foi garantida pelos avôs, familiares amigos ou pelo INCRA.

SITUAÇÃO ATUAL EM RELAÇÃO AO ORÇAMENTO FAMILIAR

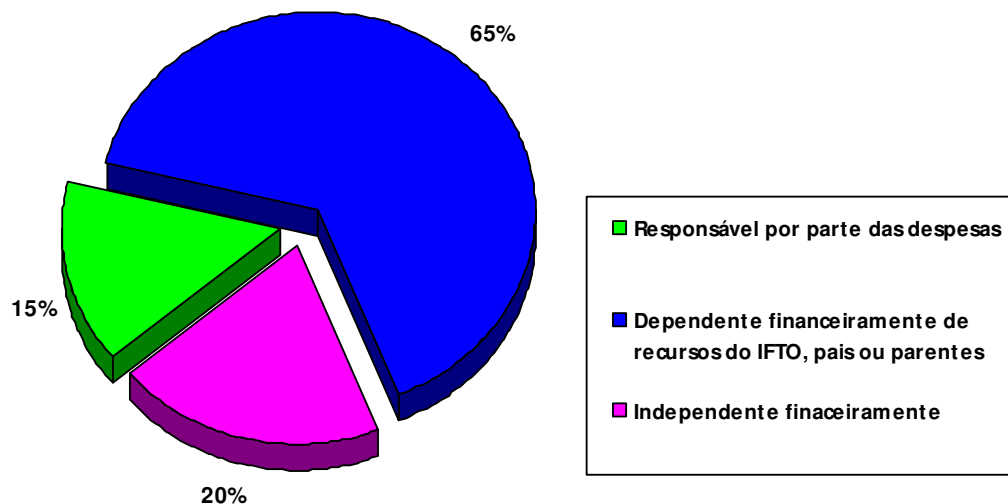


Gráfico 6 – Situação atual em relação ao orçamento familiar
Fonte: pesquisa de campo, 2012

No que concerne ao orçamento familiar, verifica-se no Gráfico 6 que 65% dos alunos beneficiados pelo programa dependem financeiramente de terceiros, isso pode ser justificado pelo horário integral de estudo da maioria dos alunos, ou seja, fazem cursos em dois turnos, Ensino Médio Integrado ao Técnico.

O emprego como os estudos estão extremamente presentes no imaginário juvenil e a relação com que eles estabelecem com cada uma destas dimensões, está provavelmente relacionada ao medo do jovem de ficar desconectado com a sociedade e o medo de sobrar, ou seja, de não conseguir um emprego no mercado de trabalho (DICK, 2006, p. 76).

Igualmente, 15% afirmaram ser responsável por parte das despesas, essa margem é composta por alunos que estudam nos cursos noturnos o EJA (Educação de Jovens e Adultos). Para finalizar 20% são independentes financeiramente, estes são caracterizados por aqueles que são maiores de idade, estudam durante a noite e tem alguma ocupação profissional durante o dia.

As necessidades de subsistência de muitos alunos e de seus familiares os levam a buscar colocação precoce no mundo do trabalho e posteriormente o afastamento dos estudos. Conseqüentemente, sem a escolaridade formal e sem especialização acaba recebendo baixos salários e acúmulo da jornada de trabalho (ROCHA, 2011).

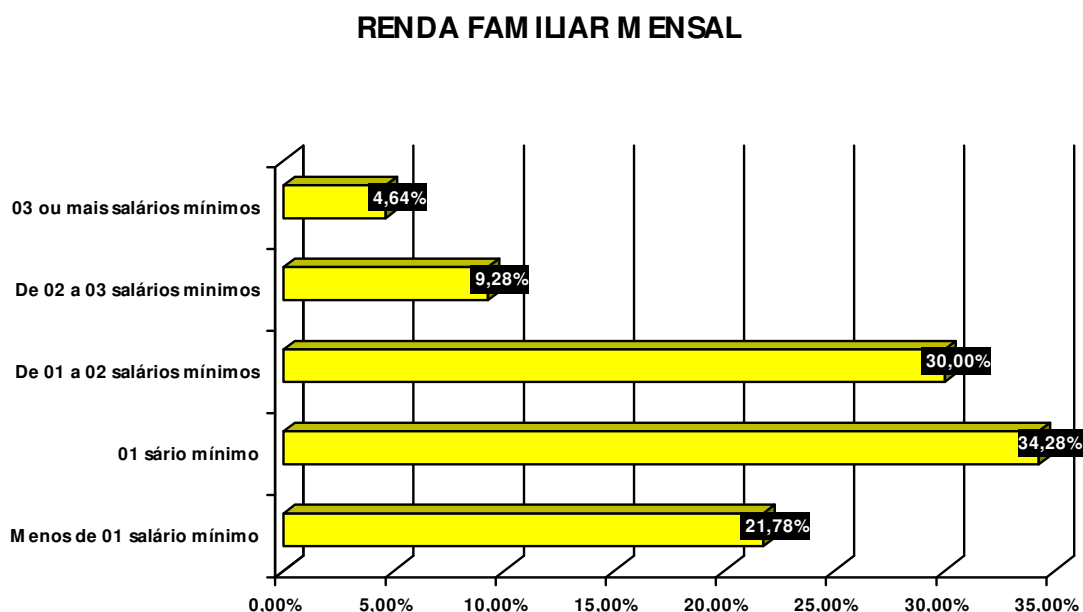


Gráfico 7 – Renda familiar mensal
Fonte: pesquisa de campo, 2012

Com referência ao Gráfico 07 conclui-se que 34,28% dos alunos responderam que a renda familiar mensal é de um salário mínimo, 30,0% recebem de um a dois salários mínimos, 21,78% menos de um salário mínimo, 9,28% de dois a três salários mínimos e 4,64% recebem o equivalente a 03 ou mais salários mínimos.

Retomando os critérios do programa no que diz respeito à renda nota-se a partir dos dados expostos que os alunos selecionados são advindos de famílias vulneráveis, em sua maioria recebem menos que um salário mínimo ou um salário mínimo. Vale ressaltar também que algumas famílias mesmo recebendo dois, três ou mais de três salários mínimos são compostas por vários membros, essa renda familiar é dividida pelo total de indivíduos da família.

No que diz respeito à renda familiar, ressalta-se que o Programa de Assistência Estudantil prioriza estudantes vulneráveis conforme o Regulamento do Programa de Assistência Estudantil (2011) art. 19º:

Segundo o decreto, em seu artigo 5º, “serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundo da rede pública de educação ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior”.

Fica evidente que os assistidos pelo programa são especificamente os mais carentes, “definidos a partir de indicadores de renda e emprego, sendo importantes para descrever, catalogar e classificar níveis de pobreza” (RAICHELIS, 2008, p. 155).

Para a seleção os alunos preenchem ficha socioeconômica, anexam documentos comprobatórios com as informações contidas na ficha e se necessário passam por entrevista. Todas as modalidades de assistência obedecem rigorosamente aos critérios socioeconômicos dos candidatos de menor renda familiar e renda familiar *per capita*. “Considera-se renda familiar a soma dos rendimentos brutos recebidos por todos os membros da família e renda familiar per capita a divisão da renda familiar pelo total de indivíduos da família”. (EDITAL nº 07/2012).

COM O FICOU SABENDO DA SELEÇÃO DO PROGRAM A

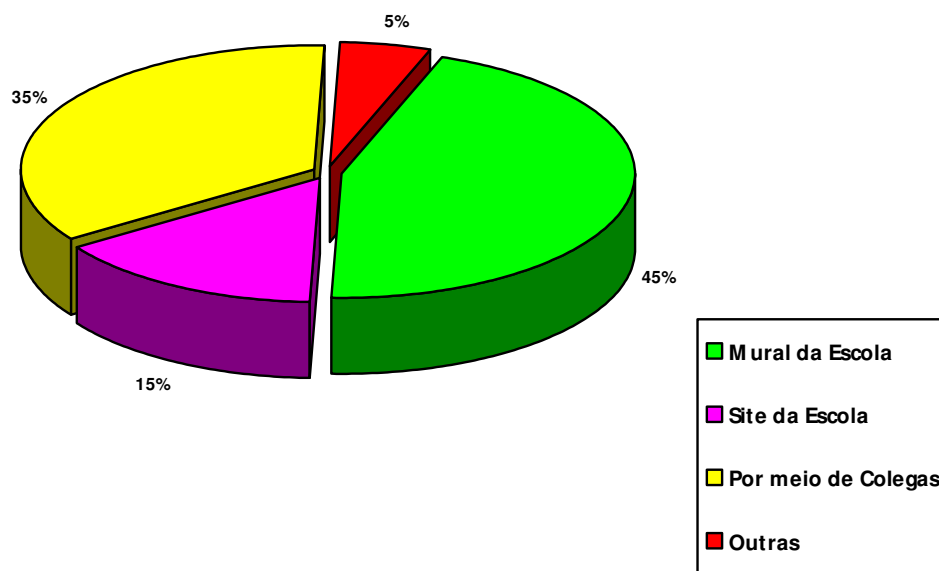


Gráfico 8 – Como ficou sabendo da seleção do programa
Fonte: pesquisa de campo, 2012

Nota-se que 45% dos alunos ficaram sabendo da seleção do programa por meio do mural da escola, 35% por meio de informações de colegas, 15% pelo site da escola e 5% de outra forma. Os que responderam de outra forma informaram que ficaram sabendo por parentes, pelos pais e até por servidores do IFTO Campus Araguatins/TO.

Com este resultado evidencia-se que muitos alunos ainda não têm acesso diário a internet, justamente por isso é imprescindível que a divulgação ocorra de todas as formas possíveis. Isso vem ocorrendo comprovadamente no Campus de Araguatins o que pode ser percebido a partir das respostas dos alunos.

No tocante a este dado o Art. 3º do Regulamento do Programa de Assistência Estudantil do IFTO (2011) aponta: “São beneficiados do Programa de Assistência Estudantil os estudantes regularmente matriculados nos cursos oferecidos pelo IFTO que preencham os requisitos estabelecidos”. Fica evidente que todos os alunos têm direito a concorrer aos auxílios, os mesmos não podem ser impedidos da inscrição e preenchimento da ficha social e entrega de documentos.

Ainda de acordo com o Regulamento do Programa de Assistência Estudantil – IFTO (2011), art. 2º, inciso I, é princípio do programa: “divulgação ampla dos

benefícios, bem como dos critérios para o seu acesso”. Assim, o edital deve ser amplamente divulgado por meio da mídia eletrônica, site da escola, mural e reuniões de pais e mestres.

4.4 Análise dos dados qualitativos

4.4.1 Visão dos discentes contemplados acerca dos benefícios e da efetividade do Programa de Assistência Estudantil

A educação é um direito constituído pelo Estado, tornando-se centralidade no que diz respeito ao desenvolvimento individual e social do indivíduo. Dessa maneira, considerou-se importante perceber a compreensão dos alunos a cerca dos benefícios do PNAES no IFTO Campus Araguatins. Os questionários foram aplicados a todos os alunos contemplados. No intuito de preservar a identidade dos protagonistas da pesquisa, aqui os mesmos serão caracterizados como (E = estudantes) e pelo tipo de modalidades/auxílios recebidos, a análise de conteúdo contempla e discute os dados a partir dos apontamentos dos mesmos, prevalecendo à resposta da maioria.

Assim,

O ponto de partida da análise de conteúdo é a mensagem, seja ela verbal (oral ou escrita), gestual, silenciosa, Figurativa, documental ou diretamente provocada [...] Condições contextuais que envolvem a evolução histórica da humanidade; as situações econômicas e socioculturais nas quais os emissores estão inseridos [...] (FRANCO, 2008, p. 12).

É fundamental saber o que o aluno pensa a respeito dos benefícios, se a inclusão trouxe mudanças positivas, apontando possíveis críticas possibilitando assim, traçar estratégias para o desenvolvimento das ações e avaliar o trabalho.

Na intenção de compreender o entendimento dos alunos sobre o PNAES, foi questionado qual era a importância do programa para a vida acadêmica dos mesmos. Através da análise dos dados coletados com a pesquisa evidenciou-se que a grande maioria dos alunos pesquisados afirmou que o programa é importante, pois facilita o acesso e permanência na escola, sem ele ficaria difícil custear os gastos como: aluguel, alimentação, transporte.

Os alunos contemplados, a seguir, responderam a pergunta acerca da importância do programa para sua vida acadêmica.

O benefício é importante, depois que consegui ser incluído facilitou muito, minha família é pobre e não tinha como pagar quatro vales por dia. Agora tenho como ir para a escola e voltar todos os dias. Ajudou muito nas despesas (E1, AUXÍLIO TRANSPORTE II).

Minha família mora no Estado do Pará, é muito longe, eu não teria como estudar aqui se não fosse pelo auxílio moradia, são tantos problemas que eu já tinha pensado em desistir, por isso acho o programa muito importante (E2, AUXÍLIO MORADIA).

Na minha vida acadêmica a importância do programa é que o mesmo me ajudou financeiramente nas despesas com alimentação, etc (E3, AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO).

É importante, pois esse programa propicia ao estudante condições de adquirir materiais e relações de vínculos escolares, integração no Instituto e conta também como experiência profissional. (E4, AUXÍLIO ESTUDANTE COLABORADOR).

De vital importância para a permanência do curso (E5, AUXÍLIO TRANSPORTE I).

Esta preocupação do E1 a respeito do vale transporte é evidente, pois o IFTO Campus Araguatins fica distante 7km da cidade, dificultando o acesso, uma vez que, os alunos necessitam pagar transporte todos os dias para fazer o trajeto. Neste contexto, ressalta-se que muitos alunos moram distantes da família como já foi citado anteriormente na análise dos quantitativos, assim eles necessitam pagar aluguel.

No tocante a fala do E2, retoma-se a um dos objetivos do PNAES citados pelo Decreto 7.234/10, Art. 2º, inciso III: “reduzir as taxas de retenção e evasão”. Verifica-se na resposta que o estudante já pensou em desistir do curso, todavia, o programa lhe deu oportunidade de continuidade, diante disso, o mesmo reconhece a sua importância.

No que concerne à experiência profissional, o E4, destaca a importância do programa no incentivo aos vínculos e integração a partir da colaboração dos alunos nos diversos setores do Campus Araguatins/TO, o auxílio estudante colaborador vem viabilizado esta oportunidade.

Dando continuidade, buscou-se vislumbrar nos depoimentos dos alunos, o que mudou na vida dos mesmos após a inclusão no programa em aspectos

financeiro, educacional, familiar, dentre outros. Abaixo veremos a distribuição das respostas dos alunos:

ASPECTOS
<p>Financeiro:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O dinheiro que eu gastava com alimentação, agora utilizo para comprar materiais e ajudar na redução das despesas do pai que é aposentado (E6, AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO); • Ajuda a pagar o aluguel e minha mãe paga as despesas de casa (E7, AUXÍLIO MORADIA); • A bolsa é uma grande ajuda no orçamento familiar, tendo em vista, que não estou trabalhando por estudar em período integral (E8, AUXÍLIO ESTUDANTE COLABORADOR); • O dinheiro que serviria para pagar o transporte, já usufruo para outros meios, melhorando a situação financeira (E9, AUXÍLIO TRANSPORTE INTERMUNICIPAL).
<p>Educacional:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Posso me despreocupar e estudar mais, para conseguir aprovação (E6, AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO); • Me ajudou a ficar mais firme na escola e nos estudos (E7, AUXÍLIO MORADIA); • Quando estou no setor, nas horas vagas, estudo, e muito bem, pois o setor é tranquilo (E8, AUXÍLIO ESTUDANTE COLABORADOR); • Contribui para estimular os meus estudos (E9, AUXÍLIO TRANSPORTE INTERMUNICIPAL).
<p>Familiar:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Redução de gastos comigo, menos uma despesa, não necessito está correndo todos os finais de semana para a casa de minha família, pois agora tenho como me alimentar nos finais de semana (E6, AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO); • Não aperta tanto e nem atrasa as contas (E7, AUXÍLIO MORADIA); • Minha família acha muito gratificante eu fazer parte da instituição de maneira ativa, ajudando a zelar do patrimônio escolar (E8, AUXÍLIO ESTUDANTE COLABORADOR); • Faz com que eu cresça no convívio familiar, me destacando na família e aumentando o meu conhecimento (E9, AUXÍLIO TRANSPORTE INTERMUNICIPAL).
<p>Outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Melhora no aspecto visual (E6, AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO); • Me fez seguir em frente e ter certeza que não dependo do meu pai, já que ele não me quer como filha (E7, AUXÍLIO MORADIA); • Consegui mais recursos para comprar livros, apostilas e materiais didáticos (E8, AUXÍLIO ESTUDANTE COLABORADOR); • Sem resposta (E9, AUXÍLIO TRANSPORTE INTERMUNICIPAL).

Quadro 2: O que mudou no aspecto financeiro, educacional e familiar

Fonte: Pesquisa de campo, 2012

Os discursos revelam as mudanças ocorridas após a inclusão no programa. Chama a atenção que no aspecto financeiro os alunos apresentaram respostas significativas, como a melhoria no orçamento familiar, tendo em vista que a inclusão

no programa reduziu as despesas dos pais, agora podem direcionar o dinheiro antes gastos com os filhos para outros fins, como se observa na fala do E7 e E8.

É interessante observar a resposta do E8, quando o aluno afirma que a bolsa o ajudou, já que estuda em período integral o que lhe impossibilita a arrumar trabalho. Diante deste relato do estudante, tomamos como parâmetro (SEN; KLIKSBURG, 2010, p. 219) quando retratam que os jovens em que a família tem condições financeiras prolongam os estudos para se prepararem melhor para o ingresso no mercado de trabalho. “No grupo mais pobre observa-se uma tendência oposta: começar a trabalhar o quanto antes, mesmo abandonando os estudos, para obter algum tipo de renda”.

Diante disso, é notável a importância do programa, que na situação exposta vivenciada pelo aluno tem contribuído para que o mesmo continue a se dedicar somente aos estudos, tendo em vista que esta realidade está presente na vida dos estudantes das classes populares, muitas vezes são obrigados a abandonarem os estudos para se dedicarem ao trabalho.

[...] A pobreza familiar leva, como já vimos, ao trabalho em idade precoce, deserção, repetência, pouco rendimento escolar, o que, por sua vez, significa que os jovens acumulam um capital educacional muito reduzido, não superior ao de seu círculo familiar anterior, criando, de fato, condições para que o mesmo ciclo continue nas famílias que acabam por constituir posteriormente (ROCHA, 2011, p. 130).

Quanto ao aspecto educacional, observamos a fala contundente dos alunos com relação ao incentivo que o programa trouxe aos estudos, a partir da inclusão reduziu-se a preocupação e estimulou-se o aprendizado. É bem verdade que não se podem desconsiderar as dificuldades presentes no ensino público, a desigualdade de oportunidades presente na vida de muitos alunos. Neste sentido concorda-se com Rocha (2011, p. 127) quando comenta:

[...] existe um contingente de 11.95 milhões de pessoas com menos de 30 anos que já concluiu o ensino médio, mas encontra-se impossibilitado de cursar uma universidade, por inúmeras razões, provavelmente uma delas repousa no fato de não terem como manter economicamente uma formação superior.

Isso ocorre tanto no nível superior como também no ensino médio, considerando a situação em pauta, retoma-se um dos princípios presentes no Regulamento do Programa de Assistência Estudantil do IFTO (2011) Art. 2º, inciso

V: “gratuidade do ensino de qualidade”. Além de garantir o ensino público gratuito, é notável a grande importância de outras políticas de inclusão, programas de incentivo e de assistência ao aluno, bem como a qualidade no ensino.

Neste sentido, Castelo e Mota argumentam,

Á vista disso, seria dever fundamental do estado proporcionar às crianças e adolescentes uma educação básica de qualidade, comprometida com a formação e o investimento do capital humano nacional. Cada um dos jovens cidadãos deveria ter igualdade de oportunidades na busca por uma melhor inserção no mercado de trabalho, e a educação seria o melhor caminho para a promoção da equidade social (2012, p. 60.)

No aspecto familiar as respostas de E6 e E7 relacionaram ao aspecto financeiro, dando ênfase à redução dos gastos pela família. Na fala do E8 percebe-se sua satisfação em contribuir com a instituição, desenvolvendo seu papel de estudante colaborador. Já a resposta do E9 retrata o crescimento no convívio familiar, aponta que é visto como destaque na família.

Assim,

[...] Consequentemente, uma reformulação significativa da educação é inconcebível sem a correspondente transformação do quadro social no qual as práticas educacionais da sociedade devem cumprir as suas vitais e historicamente importantes funções de mudança [...] (MÉSZÁROS, 2008, p. 25.)

A esse respeito, o Decreto nº 7.234/10, Art. 2º, inciso IV, aponta como um dos princípios do PNAES: “contribuir para a promoção da inclusão social pela educação”. Melhorar a qualidade de vida dos alunos em todos os aspectos é parte essencial para uma mudança positiva.

Neste contexto, os alunos deram respostas diversas como: “melhora no aspecto visual”, dando ênfase a auto-estima e o cuidado com a aparência; “certeza que não dependo do meu pai, já que ele não me quer como filha”, ênfase no aspecto emocional, após a inclusão no programa o E7 afirma que seguirá em frente mesmo sem a ajuda do pai, que por um motivo não explicado está ausente na vida da estudante; “Conseguí mais recursos para comprar livros, apostilas e materiais didáticos”, possibilidade e alcance de compra.

Consequentemente buscou-se saber a opinião dos alunos quanto à garantia de igualdade de condições de acesso ao programa, como os mesmos a classificavam. Na Tabela 04 estão os números que revelam os resultados:

Tabela 5: Opinião dos alunos acerca das condições de acesso ao programa

Opinião	Número de respondentes	Percentual
Péssimo	03	1,0%
Regular	67	23,9%
Bom	152	54,2%
Ótimo	58	20,7%
Total	280	

Fonte: Pesquisa de campo, 2012

É notável a partir da Tabela 05 que as condições de acesso ao programa são percebidas de forma positiva pela maioria da amostra desta pesquisa, onde 54,2% responderam que as condições são boas, 20,7% que é ótimo e menos da metade da amostra responderam ser regular 23,9% e apenas 1,0% péssimo.

Diante deste resultado, pensamos que seja necessário que se reflita a esse respeito, relembramos que todo aluno matriculado do IFTO Campus Araguatins/TO tem direito a inscrever-se para recebimento de auxílio, a seleção tem como prioridade atender os alunos das camadas mais carentes. Todavia, aspectos como gênero, idade, localidade, estado civil, cor ou curso não influenciam em nenhum momento para a seleção e inclusão no programa. O perfil dos alunos selecionados pode ser constatado nos resultados desta pesquisa, especificamente na caracterização dos sujeitos da pesquisa e na análise dos dados quantitativos.

Vale salientar que a “igualdade de condições para o acesso e permanência no atendimento, sem discriminação de qualquer natureza” é um dos princípios do PNAES conforme destaca o Regulamento do Programa de Assistência Estudantil do IFTO, Art. 2º, inciso II (2011).

A equidade como sinônimo de igualdade refere-se à justiça que deve estar presente na ação educativa de todos os alunos com critérios comuns e objetivos, bem como, oferecer possibilidades iguais sem discriminação.

A seguir Marchesi e Martín (2003, p. 33) apresentam quatro níveis de igualdade, referentes às oportunidades, ao acesso, ao tratamento e aos resultados:

- A igualdade de oportunidades é o termo mais genérico a reflete a proposição de que é necessário oferecer aos indivíduos todo tipo de possibilidade, suprimindo qualquer discriminação [...].
- A igualdade no acesso á educação supõe uma maior precisão conceitual. Denota não apenas que existam possibilidades abertas, mas que sejam acessíveis a todos os alunos [...].
- A igualdade no tratamento educativo representa um passo a mais, que englobaria como etapa prévia, a igualdade no acesso. Significa uma

provisão de serviço educativo similar para todos: recursos, organização dos ensinos, metodologia, oferta educativa, etc. [...].

- A igualdade de resultados introduz a concepção mais forte e vigorosa da igualdade na educação [...] a igualdade de resultados aposta na obtenção de rendimentos similares entre os alunos procedentes de diferentes classes sociais, culturais ou sexo, o que, de algum modo, aponta para a remoção das condições iniciais desiguais que existem entre eles.

Pretendeu-se com este último nível entender que as diferenças que há entre os alunos não sejam devidas a fatores sociais ou culturais. Que ocorra sempre a “defesa da justiça social e diversidade” de acordo com o princípio, Art. 2º, inciso IV do Regulamento do Programa de Assistência Estudantil – IFTO (2011).

A Tabela 6 demonstra o percentual de alunos contemplados pelo programa que já pensaram em desistir do curso nos quais estão matriculados no Campus Araguatins/TO.

Tabela 6: Quantidade de alunos que já pensaram em desistir do curso

Já pensou em desistir do curso?	Número de respondentes	Percentual
Sim	133	47,5%
Não	147	52,5%
Total	280	

Fonte: Pesquisa de campo, 2012

Como se observa na Tabela 6, 52,5% informou que nunca pensou em desistir e quase metade informou que sim 47,5%. No Decreto 7.234/10, Art. 2º, inciso I é apresentado como objetivo do PNAES: “democratizar as condições de permanência dos jovens”. É notório que a escola deve criar mecanismos de apoio aos alunos, assisti-los de forma ampla, a assistência aqui explicitada é aquela inserida no campo dos direitos, da universalidade dos acessos.

Posteriormente, a Tabela 6 dá continuidade à resposta dos alunos que confirmaram já terem pensado em desistir do curso, nela pode-se verificar o motivo pela qual cogitaram a desistência.

Tabela 7: Por qual motivo pensou em desistir do curso

Motivo	Número de respondentes	Percentual
Falta de condições financeiras	57	42,85%
Falta de apoio dos pais e familiares	36	27,06%
Falta de interesse	05	3,75%
Falta de identificação com o curso	14	10,52%
Outro motivo	21	15,78%
Total	133	

Fonte: Pesquisa de campo, 2012

Como se observa quase metade dos alunos apontou a falta de condições financeiras como o motivo central de pensar em desistir do curso, seguido da falta de apoio dos pais e familiares. Em menor porcentagem está à falta de interesse, falta de identificação com o curso e outro motivo. Vejamos abaixo outros motivos apontados pelos alunos:

Porque eu só tenho mãe e eu via que apertava muito para ela (E07, AUXÍLIO MORADIA).

Comecei o ano já com uma bolsa rasgada, o tênis, roupas e material escolar foram comprados fiados (E10, AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO).

Bullying (E11, AUXÍLIO ESTUDANTE COLABORADOR).

Saudade da família e preocupação com a saúde do meu pai (E12, AUXÍLIO MORADIA).

É notável na fala do E07 e E10 a vontade de estudar, todavia a carência financeira da família quase os absteve do sonho de finalizar o curso. Tendo como referência (LESSA, 2013 p. 109) a educação de qualidade o acesso e o desempenho escolar perpassam pela condição de classe do educando: “quanto mais precárias suas condições de vida e trabalho, mais fragilizadas suas possibilidades de aprendizagem”. Muitos alunos demonstraram e informaram fragilidades socioeconômicas e de aprendizagem durante a aplicação do questionário, além das respostas as observações realizadas pelo pesquisador durante o preenchimento do questionário deixou claro a necessidade de se pensar e efetivar um ensino de qualidade que possa garantir acesso e permanência reduzindo a evasão.

A evasão está presente na vida de muitos alunos das escolas públicas, tanto no nível superior como no ensino médio, essa evasão se dá por vários motivos, como os já apresentados acima, dentre outros citados por Castro (2008, p. 92):

[...] evasão escolar que se registra, de forma mais acentuada, no ensino médio, por razões como emprego, afazeres domésticos e desinteresse. A maioria dos jovens ingressa tardiamente, sem chance de, por exemplo, atingir o terceiro ano do ensino médio aos 17 anos [...]. A distorção idade-série é outro aspecto desencadeador da evasão escolar [...].

Ainda a respeito da evasão Barbosa (et al, 2012, p. 132) argumenta:

Mas a evasão é apenas um dos vários problemas que atingem o estrato inferior de renda. Durante a trajetória escolar, os estudantes mais pobres atingem sistematicamente menores índices de desempenho escolar, o que se reflete nas altas taxas de repetência, e conseqüentemente, de discrepância entre a idade adequada para cada uma das séries [...].

O depoimento do E11 surpreendeu em parte, ao dizer que o *bullying* foi o motivo que a fez pensar em desistir, do qual se deve pelo fato que essa prática vem sendo combatida no Campus Araguatins/TO, são realizadas palestras e um acompanhamento rigoroso com possíveis punições para a prática do *bullying* e do trote.

Inúmeros problemas atingem os educandos, principalmente os que estudam em escolas públicas, isso causam: baixo rendimento e desinteresse pelo aprendizado, vulnerabilidade às drogas e à exploração sexual, atitudes e comportamentos agressivos e violentos, evasão escolar. Amaro (1997) aponta que educadores e assistentes sociais compartilham desafios semelhantes, onde o ambiente escolar é como ponto de encontro para enfrentá-los. Todavia, busca-se fazer algo no que diz respeito aos problemas sociais que implicam de forma negativa no desempenho dos alunos.

Os níveis atuais da pobreza e da miséria têm expressão direta na educação escolar revelando, portanto, a necessidade de estratégias e categorias profissionais de diferentes especialidades para trabalhar com esses desafios. “A prática do assistente social situa-se numa perspectiva crítica, e se faz participante da transformação social”, segundo Novais (2001, p. 13)

Ainda sobre os problemas presentes no cotidiano dos estudantes Martins (1999) afirma que a escola a partir de profissionais como o assistente social deve “melhorar as condições de vida e sobrevivência das famílias dos alunos, estimular o acervo de informações e conhecimentos, acerca do social na comunidade escolar, fortalecer as ações coletivas”. Diante disso, retomam-se as discussões acerca das políticas públicas e de assistência social, uma vez que, estas devem está presentes no cotidiano do estudante como direito de cidadão adquirido, sendo que este direito deve ser efetivado e garantido dentro da escola.

No tocante, as respostas dos alunos percebem-se inúmeros problemas presentes no cotidiano, muitos são familiares, econômicas e até mesmo aquelas que podem surgir dentro espaço escolar, sobre isso Rocha (2011, p. 123) argumenta:

É comum ocorrerem às frustrações no campo da educação, pois, somam-se diversos empecilhos para as classes populares saírem do seu grau de dependência pela via da escolarização. É possível citar alguns, como o ambiente cultural circundante, a violência crescente, o cansaço permanente, a precariedade dos recursos escolares, a sobrecarga imposta pelos professores com conseqüente impossibilidade de maior dedicação ao ensino, a intuição da inutilidade de muitos conhecimentos recebidos, que desmotivam o aprendiz.

Para finalizar o E12 ressalta que a saudade da família e a doença do pai foi o motivo de ter pensado em desistir, diante disso, relembra-se que muitos alunos do IFTO campus Araguatins/TO vêm de outros Estados, de cidades com até 500 km de distância, alguns passam meses sem visitar os familiares devido à distância e falta de recursos para pagar passagem. Contudo, percebe-se que estes alunos aprovam a política de assistência, afirmando que ocorreram mudanças em suas vidas após a inclusão, podendo ser constatado em suas falas durante a aplicação do questionário e diante dos resultados da pesquisa.

Estes alunos cogitaram em desistir por estes motivos apontados, mas ainda continuam, percebe-se que a inclusão dos mesmos no programa os incentivou a continuarem seus estudos.

As condicionalidades do programa são: a freqüência, o rendimento escolar e o adequado uso dos recursos financeiros. Diante disso, perguntou-se para os alunos se eles cumpriam essas condições:

CONDICIONALIDADES
<p>Frequência:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Até o presente momento ainda não faltei a nenhuma aula (E13, AUXÍLIO PAIS-ESTUDANTES CRECHE); • Só há falta por motivos justificativos, como doença e/ou motivos extremamente urgentes a serem resolvidos (E14, AUXÍLIO TRANSPORTE URBANO II); • Sou freqüente tanto na escola quanto no meu trabalho aqui na escola (E15, AUXÍLIO ESTUDANTE COLABORADOR); • Evito perder aula, a não ser em caso de doença, principalmente pra evitar ficar atrasada nos conteúdos ministrados pelos professores (E16, AUXÍLIO TRANSPORTE INTERMUNICIPAL).
<p>Rendimento escolar:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Considero bom e sei que posso melhorar (E13, AUXÍLIO PAIS-ESTUDANTES CRECHE); • Bom, pois com a freqüência assídua não fico em atraso com conteúdos (E14, AUXÍLIO TRANSPORTE URBANO II); • Melhorou o auxílio me deu mais forças pra continuar estudando (E15, AUXÍLIO ESTUDANTE COLABORADOR); • Procuo me dedicar e estudar para não reprovar em nenhuma disciplina e principalmente aprender para futuramente ser uma boa profissional (E16, AUXÍLIO TRANSPORTE INTERMUNICIPAL).
<p>Adequado uso dos recursos financeiros:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O dinheiro do auxílio é aplicado exclusivamente para minha educação (E13, AUXÍLIO PAIS-ESTUDANTES CRECHE); • A bolsa auxílio, no caso, os transportes de ida e vinda do Instituto para casa (E14, AUXÍLIO TRANSPORTE URBANO II); • Uso meu recurso da melhor forma possível para meu melhor desempenho (E15, AUXÍLIO ESTUDANTE COLABORADOR); • Sempre uso o dinheiro do auxílio para pagar o transporte, sendo que minha mãe completa o restante (E16, AUXÍLIO TRANSPORTE INTERMUNICIPAL).

Quadro 3: Cumprimento das condicionalidades do programa

Fonte: Pesquisa de campo, 2012

Detectou-se nas respostas, que todos os alunos tentam apresentar um bom desempenho escolar, buscam não faltar às aulas e utilizar o recurso de forma adequada. Segundo o E14 e E16 só faltam por motivo de doença ou outros motivos extremos. Há uma preocupação também para não haver atraso nas disciplinas conforme se constata na fala de E16. O Regulamento do Programa de Assistência Estudantil – IFTO (2011), Art. 21, inciso III apresenta como condicionalidade e regra: “Frequência mínima de 90% (noventa por cento) em sala de aula”.

Ainda segundo o Edital nº 07/2012:

- Será desligado do Programa de Assistência Estudantil o estudante que não atingir o mínimo de 90% de freqüência, salvo em faltas justificadas

na forma da legislação vigente em suas atividades acadêmicas, bem como, as notas mínimas necessárias á sua aprovação junto ao IFTO Campus Araguatins ou infringir o Regimento Interno do IFTO;

- Será desligado do Programa de Assistência o estudante que for identificado fazendo mau uso do benefício.

Diante deste fragmento, percebe-se o porquê da preocupação dos estudantes com a freqüência, o bom rendimento escolar e o uso adequado dos recursos financeiros, o E15 afirma que o auxílio o incentivou a continuar estudando, já o E16 procura não reprovar em nenhuma disciplina. Todavia, em caso de rendimento abaixo da média, a manutenção do auxílio deve ser analisada pelo CGAE juntamente com o Serviço Social.

Por último, os alunos deram ênfase à utilização do recurso financeiro, pode-se verificar que foram unânimes ressaltando o uso adequado exclusivamente em benefício da educação.

O próximo questionamento diz respeito ao valor do recebido. Buscou-se saber se ele atende as necessidades básicas dos alunos:

Tabela 8: O valor recebido atende as necessidades básicas dos alunos

Atende suas necessidades básicas?	Número de respondentes	Percentual
Sim	172	61,42%
Não	108	38,57 %
Total	280	

Fonte: Pesquisa de campo, 2012

Do total de respondentes 61,42% destacaram que valor do auxílio atende suas necessidades básicas, então se buscou saber de que forma o programa atendia, chama-se a atenção para as respostas dos alunos abaixo:

Consigno pagar aluguel, água e energia, isso é de extrema importância (E17, AUXÍLIO MORADIA).

Antes não podia comprar frutas, tal, agora já posso tem aquele dinheiro que atende a estas e outras necessidades (E18, AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO).

As necessidades em que dependo financeiramente dos meus pais são o transporte e alimentação e de forma geral, esse benefício supre de maneira sucinta essas necessidades (E19, AUXÍLIO ESTUDANTE COLABORADOR).

Com esse benefício pago o transporte e o dinheiro que utilizaria para pagar o transporte, posso comprar outro item de minha utilidade (E20, AUXÍLIO TRANSPORTE URBANO I).

Constata-se segundo E17 e E19 que o programa supre as necessidades básicas embora sendo de forma sucinta, quando E17 afirma que consegue pagar aluguel, água e energia, retomamos a discussão acerca do gráfico 04 nos dados quantitativos desta pesquisa, onde demonstram que muitos alunos dividem aluguel com amigos, irmãos, dentre outras pessoas, muitos deles vivem em repúblicas, acabam dividindo as despesas como aluguel, energia e água. Assim retoma-se a fala de Lessa (2013 p. 112) “Falamos da absorção e permanência precarizada de uma população extremamente pauperizada, privada de bens e de acesso a serviços públicos de qualidade, que reside, trabalha, se alimenta de forma precária”. No depoimento dos alunos é perceptível a necessidade de alimento, de acesso a cultura, de moradia de qualidade, esse público esta presente no cotidiano escolar.

Foi relatado pelo E18 a melhora na alimentação, inclusão de frutas no cardápio, o que antes da inclusão no programa não acontecia. No depoimento de E20, percebemos que o dinheiro antes gasto com transporte, agora tem outra utilidade que favorece o poder de compra.

Contudo, destacamos que do total de alunos 38,57% destacaram que o recurso não atende as necessidades básicas, cada aluno respondeu conforme a sua concepção, ressalta-se que o programa tem uma equipe gestora e que as críticas são bem vindas para a avaliação e possíveis modificações de suas ações.

Neste contexto,

A educação implica todas as buscas do humano para apropriar-se da cultura produzida pelo próprio ser humano. A escola é o espaço privilegiado de produção e socialização do saber e deve se organizar por meio de ações educativas que busquem a formação de sujeitos éticos, participativos, críticos e criativos. (PIANA, 2009, p. 76)

Os relatos dos alunos supracitados e as respostas dos demais abaixo confirmam e demonstram reflexões diferenciadas de se perceber o valor de compra do auxílio. Vejamos como os alunos que informaram que o recurso não atende as necessidades básicas justificaram sua resposta:

Porque tenho que pagar transporte, material escolar, sem tirar remédios e alimentação (E21, AUXÍLIO PAIS-ESTUDANTES CRECHE).

Contribui muito mais não satisfaz por cursar dois cursos ao mesmo tempo, onde é gerado muitos gastos (E22, AUXÍLIO ALUNO COLABORADOR).

Pois há uma grande gasto diário, já que eu não almoço na escola (E23, AUXÍLIO TRANSPORTE URBANO I).

Porque tenho que pagar o transporte, o aluguel e o auxílio que recebo só dá para pagar mal o transporte (E24, AUXÍLIO TRANSPORTE URBANO II).

Como se observa na fala de E21 e E24 os mesmos entendem que o valor deveria custear todos os gastos apresentados, porém, os alunos podem concorrer somente uma das modalidades/auxílios, sendo que o quantitativo de alunos selecionados e o valor de cada modalidade dependerá preponderantemente dos recursos orçamentários disponíveis no Campus. No Regulamento do Programa de Assistência Estudantil – IFTO (2011) consta que o repasse mensal de auxílio financeiro tem o objetivo de ajudar o estudante com as despesas, ou seja, é praticamente impossível atender todas as necessidades básicas.

No tocante a resposta do E23, é importante informar que o auxílio no qual o aluno está selecionado não garante alimentação no refeitório da escola, no edital nº 07/2012, o auxílio transporte I consiste no auxílio para o pagamento de transporte aos alunos residentes na cidade de Araguatins que não disponham de transporte próprio, não são beneficiados pela alimentação no refeitório do IFTO Araguatins e que necessitam de transporte 04 vezes ao dia para se locomover entre cidade/IFTO.

Todavia, dependendo da situação, os casos são avaliados e os alunos podem ser trocados de modalidades/auxílios ou atendidos por outras políticas de inclusão, além dos benefícios apresentados o Campus possui refeitório (onde são servidas cerca de 1.600 refeições diariamente, todos os alunos podem solicitar as refeições, sendo que passarão por avaliação e visita domiciliar. Além do refeitório o Campus possui alojamento masculino (com 102 vagas).

No último questionamento buscou-se saber quais produtos os alunos compram com o recurso recebido, o dinheiro é sempre destinado ao pagamento das despesas com auxílio, para qual o aluno foi selecionado, contudo alguns afirmam a compra de mais produtos, como exemplo, um aluno selecionado para auxílio alimentação, gasta o recurso também com: material escolar, transporte, aluguel, lazer/diversão e outras utilidades, conforme conta na Tabela abaixo e relato dos alunos a seguir:

Tabela 9: Utilização do recurso para a compra de produtos

Produtos	Número de respondentes	Percentual
Material escolar	58	20,71%
Alimentação	51	18,21%
Transporte	62	22,14%
Aluguel	54	19,28%
Lazer/diversão	21	7,52%
Outros	34	12,14%
Total	280	

Fonte: Pesquisa de campo, 2012

É importante destacar que o maior índice de respostas foi para o transporte, seguido do aluguel e alimentação, o que já se esperava, mas chamamos a atenção para a compra de material escolar que foi representado por 20,71%, isso no faz refletir que muitos alunos são selecionados para um tipo de modalidade/auxílio em que utilizam o dinheiro para este fim, mas também investem em material escolar.

Tomando como parâmetro o Regulamento do Programa de Assistência Estudantil – IFTO (2011), Art. 2º, inciso III: “supremacia do atendimento às necessidades socioeconômicas e pedagógicas”, constatamos que é um dos princípios do programa garantir a possibilidade da compra de materiais didáticos, como outras necessidades. Dos respondentes 7,52% utiliza o recurso também para o lazer, um índice bem menor do que as opções já citadas. Dando continuidade 12,14% apresentaram outras opções de gastos com o recurso, os discursos abaixo revelam:

Contas de água e energia (E25, AUXÍLIO ALUNO COLABORADOR)

Viagem com estágios e vestibulares (E26, AUXÍLIO ALUNO COLABORADOR).

Vestuário e coisas básicas de uso pessoal (E27, AUXÍLIO TRANSPORTE URBANO II).

Diante dos relatos cabe salientar que o programa PNAES, enquanto mecanismo de direito tem a finalidade de prover os recursos necessários para superação de obstáculos e de qualquer impedimento ao bom desempenho do aluno.

5 CONCLUSÃO

É pertinente perceber a importância da educação para o desenvolvimento humano. Através da educação, estimulam-se as habilidades do educando, novas aptidões são desenvolvidas e por intermédio de programas de assistência estudantil podem ocorrer transformações sociais. Essa assistência deve garantir a permanência dos alunos que apresentam dificuldades concretas de prosseguirem sua vida estudantil com sucesso.

Entretanto, mesmo sendo um direito, a educação ainda não é acessível a todos. A maioria dos alunos da rede pública advém de famílias consideradas de baixa renda, isso contribui para a evasão, ou seja, a não permanência nos cursos devido às condições de vulnerabilidade socioeconômica.

Esta dissertação traz a importância das políticas de assistência estudantil para o ensino médio e superior, como um mecanismo de apoio a permanência dos alunos com dificuldades socioeconômicas, a partir da concessão de auxílios, de modo a oferecer as mesmas condições de acesso sem qualquer distinção, uma vez que os alunos de baixa renda necessitam de ajuda para arcar custos com livros, transporte, alimentação, moradia, dentre outros.

A assistência estudantil no Campus Araguatins/TO tem atendido as orientações no âmbito nacional apontadas no Decreto nº 7.234/2010. O programa tem por objetivo garantir a permanência dos alunos, minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais, reduzir as taxas de evasão e contribuir para a promoção da inclusão por meio da educação.

Conhecer o perfil do discente contemplado pelo programa é uma necessidade, pois o levantamento dos dados pode contribuir para a avaliação do programa e possíveis mudanças. Diante disso, este trabalho apresenta inicialmente o perfil dos alunos contemplados e de sua família no que diz respeito à realidade socioeconômica. Posteriormente apresenta a análise dos dados, onde são discutidos os resultados da pesquisa.

Passamos, a partir de agora, a dialogar sobre os resultados de cada objetivo específico da pesquisa.

O primeiro objetivo trata de identificar o perfil socioeconômico das famílias e dos alunos contemplados pelo Programa de Assistência Estudantil. Respondendo a

esse objetivo os resultados apresentam as características e a quantidade de alunos contemplados, as ações, as modalidades de ensino, gênero e estado civil. Dando continuidade, são apresentados os resultados referentes à cidade, em qual local os alunos residem atualmente, estado de origem, idade, com quem o alunos mora, tipo de moradia da família, situação atual em relação ao orçamento familiar, renda familiar mensal e como o aluno ficou sabendo da seleção do programa.

Com estes dados foram verificados os aspectos socioeconômicos dos alunos e de suas famílias, constatou-se a precariedade relacionada à moradia de muitos alunos selecionados, bem como, o alto índice de alunos em que a renda familiar não ultrapassa um salário mínimo mensal.

O segundo objetivo visa discutir se os princípios e objetivos do Programa de Assistência Estudantil foram cumpridos quanto a sua abrangência e inclusão. Durante a análise dos dados quantitativos e qualitativos, tendo como parâmetro os objetivos e princípios do programa, chegou-se a conclusão que diante das respostas o mesmo tem cumprido sua abrangência e inclusão, uma vez que, busca a democratização e permanência dos jovens na educação, têm minimizado os efeitos das desigualdades sociais e regionais, exemplo disso, a seleção e inclusão dos alunos de diferentes regiões, estados e cultura no Campus Araguatins.

O programa tem reduzido às taxas de retenção e evasão, uma vez que, após a seleção, muitos alunos citaram que o programa foi um incentivo aos estudos, não pensaram mais em abandonar o curso devido à falta de condições financeiras, conforme citado na Tabela 04 dos resultados e discussões.

Pode-se verificar também que houve uma divulgação ampla dos benefícios e critérios para o acesso dos alunos, podendo ser constatado no gráfico 08 dos resultados e discussão, no qual apresenta de que forma os alunos ficaram sabendo da seleção. Houve também a igualdade de condições para o acesso e permanência no atendimento e supremacia do atendimento às necessidades socioeconômicas e pedagógicas, muitos alunos apontaram melhoras na aquisição de vários produtos e mudanças favoráveis no orçamento familiar.

O terceiro objetivo trata de conhecer a opinião dos discentes contemplados acerca dos benefícios e da efetividade do Programa de Assistência Estudantil. Durante o estudo, foi possível conhecer de perto as necessidades que são vivenciadas pelos alunos do Campus Araguatins e quanto o programa trouxe de contribuição para o desenvolvimento dos discentes, os estudantes informaram que

melhoraram seu desempenho na escola, após sua inclusão. Todavia, os alunos tiveram liberdade para expressar sua opinião crítica acerca do programa, informando se havia garantia de igualdade de condições no acesso e se o valor recebido atendia suas necessidades.

Assim, foi possível constatar que há uma demanda expressiva de alunos que dependem dos auxílios oriundos das políticas de assistência estudantil, o programa vem contribuindo para a garantia da igualdade de oportunidades da educação, oferecendo as mesmas condições de permanência para os alunos de baixa renda, embora muitas vezes este valor não supra as necessidades básicas como citaram alguns alunos.

O quarto e último objetivo específico busca identificar as mudanças ocorridas na vida dos alunos após a inclusão no Programa de Assistência Estudantil. Chegou-se a conclusão que todos os alunos contemplados passam por situações parecidas relacionadas à carência e vulnerabilidade, o que poderia influenciar negativamente na continuidade do curso. Todavia, verificou-se que o programa de assistência estudantil vem desempenhando seus objetivos no campus de Araguatins, pois fica evidente, segundo o relato dos alunos a minimização das diferenças de ordem pedagógica, cultural e principalmente socioeconômica, garantindo igualdade de oportunidades na escola.

É notável nos resultados da pesquisa que o programa viabilizou aos estudantes contemplados a compra de materiais escolares, livros e pagamento de despesas como: transporte, moradia, alimentação, bem como, a possibilidade de finalizar o curso a partir da seleção para aluno colaborador e auxílio creche.

Com base nos dados analisados, conclui-se que é extremamente pertinente o debate acerca da assistência estudantil, assunto que não se esgota, sendo sempre necessários estudos e análises posteriores.

REFERÊNCIAS

- AMARO, S. T. A. **Serviço Social na escola: o encontro da realidade com a educação.** Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1997.
- APPLE M. W; BEANE J. A. **O argumento por escolas democráticas.** São Paulo. Cortez, 2001.
- BACKX, S. O Serviço Social na Educação. In: REZENDE, I.; CAVALCANTE, L. F. (org) **Serviço Social e Políticas Sociais.** Rio de Janeiro: ed. da UFRJ, 2006.
- BARBOSA, A. de F; FREITAS. G. G de; DOWBOR. M; AMORIM. R. C; BARBOSA R; CALLIL V. **Brasil real: a desigualdade para além dos indicadores.** (org.) 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. França: [s.n.], 1977.
- BARROS, R. P. de; CARVALHO, M. de. **Desafios para a política social brasileira.** Rio de Janeiro: Ipea, 2003.
- BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história.** 4ª. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010.** Programa de Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/home/legislacao/default.shtm>>. Acesso em: 11 de jul. 2011.
- BRASIL. **LOAS (1993). Lei Orgânica da Assistência Social.** Brasília, MPAS, Secretaria de Estado de Assistência Social, 1999.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** 9ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.
- BRASIL. **Educação profissional e tecnológica: projetos e ações.** Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Brasília: MEC, 2010.
- BRASIL. **Lei nº 11.298 de 30 de dezembro de 2008.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil ano 2008. Disponível em <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em 01/07/2011.
- BRASIL. **Lei nº. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/home/legislacao/default.shtm>>. Acesso em: 11 de jul. 2011.
- BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Plano de ação da Mesorregião do Bico do Papagaio.** Secretaria de Programas Regionais. 2009
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Assistência Social.** Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. **Revista brasileira da educação profissional e tecnológica**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. v. 1, n. 1, Brasília: MEC, SETEC, 2008.

BRASIL. **Um novo modelo em educação profissional e tecnológica: concepção e diretrizes**. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Brasília: MEC, 2010.

CASTELO, R. MOTA, A. E. (org.). **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade**. São Paulo: Cortez, 2012.

CASTRO, A. T. B. **Estado e educação superior – questões e impactos no Serviço Social**. Ano VIII, n. 15. Temporalis/Revista da ABEPSS. Brasília: ABEPSS, 2008.

CLEMENTE, A. **Economia e desenvolvimento regional**. São Paulo: Atlas, 2000.

COUTO, B. R. **O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível?** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

DEMO, P. 1941. **Pesquisa: princípio científico e educativo**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

DIAS, D. de S.; SILVA, M. F. da. **Como escrever uma monografia: manual de elaboração com exemplos e exercícios**. São Paulo: Atlas, 2010.

DICK, H. Discursos à beira do Rio dos Sinos: a emergência de novos valores na juventude: o caso de São Leopoldo. **Cadernos IHU**, São Leopoldo ano 4, n. 18, 2006.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de conteúdo**. Brasília, 3ª edição: Liber Livro Editora, 2008.

GADOTTI, M.. **História das Idéias Pedagógicas**. São Paulo: Ática, 2008.

GALVÃO, A. C. F. **Política de desenvolvimento regional e inovação: a experiência da União Européia**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONSALVES, E. P. **Iniciação à pesquisa científica**. Campinas, SP: Alínea, 2001.

IFSUL. **Orientações para procedimentos administrativos na execução da política de assistência estudantil do IFSUL**. 2012. Disponível em: www.ifsul.edu.br. Acesso em: 03 de jun. 2013.

IFTO. **Edital nº 07/2012 – Programa de Assistência Estudantil IFTO – Campus Araguatins/TO**. 2012. Disponível em: <http://www.araguatins.ifto.edu.br/>

IFTO. **Regimento Interno do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – Campus Araguatins**. 2010. Disponível em: <http://www.araguatins.ifto.edu.br/>

IFTO. Campus Araguatins. 2013. Disponível em: <http://araguatins.ifto.edu.br/2012> acesso em: 01 de jun 2013.

LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LESSA, S. E. do C. A educação contemporânea, o combate à pobreza e as demandas para o trabalho do assistente social: contribuições para este debate . **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: ed. Cortez, 2013.

LIBANIO, J. B. **Jovens em tempos de pós-modernidade: considerações socioculturais e pastorais**. São Paulo: Loyola, 2004.

MARCHESI A; MARTÍN E. **Qualidade do ensino em tempos de mudança**. Trad. Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2003.

MARTINS, E. B. C. O Serviço Social na área da Educação. In: **Revista Serviço Social & Realidade**. V 8 Nº 1. UNESP, Franca: São Paulo, 1999. Disponível em: < www.partes.com.br/educacao/reprodutoraoulibertadora.asp. Acessado em: 27 maio 2013.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MINAYO, C. de S; DESLANDES, S. F; NETO, O. C; GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MORGADO, M. A; MOTTA, M. F. V. (org.) **Juventude de classe média e educação – cenários, cenas e sinais**. Brasília: Líber Livros, 2006.

NOVAIS, L. C.C. et al. **Serviço Social na educação: uma inserção possível e necessária**. Brasília, set. 2001.

OLIVEIRA, D. A. **Educação básica: gestão do trabalho e da pobreza**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

OTRANTO, C. R. Criação e implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. **Revista RETTA**, ano I, n 1, jan/jun, 2010.

PACHECO, E. M. **Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Natal: IFRN, 2010.

PEREIRA, P. A. P. **Política social: temas & questão**. São Paulo: Cortez, 2008.

PIANA, M. C. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

PILAR do Maria. **Índice de evasão escolar de estudantes do Ensino Médio**. Disponível em: <http://redeglobo.globo.com/globoeducacao/noticia/2011/10/indice-de-evasao-escolar-e-maior-entre-estudantes-do-ensino-medio.htm>. Acesso em: junho de 2013.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Disponível em: <http://educacao.uol.com.br/noticias/2013/03/14/brasil-tem-3-maior-taxa-de-evasao-escolar-entre-100-paises-diz-pnud.htm>. Acesso em: junho de 2013.

RAICHELIS, R. **Esfera pública e conselhos de assistência social: caminhos da construção democrática**. 5 ed. São Paulo, Cortez, 2008.

ROCHA, M. A. M. da. **Processo de inclusão ilusória: o jovem bolsista universitário**. Jundiaí, Paco Editorial: 2011.

ROMANELLI, O. de O. **História da Educação no Brasil**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

RUA, M. das G. **Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos**. In: RUA, Maria das Graças; VALADÃO, Maria Izabel. O Estudo da Política: Temas Seleccionados. Brasília: Paralelo 15, 1998.

SANDRONI, P. **Dicionário de economia do século XXI**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SCHMITTER, P. **Reflexões sobre o Conceito de Política**. In: BOBBIO, Norberto et. al. Curso de Introdução à Ciência Política. Brasília: UnB, 1984.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA. **PROJETO INSTITUCIONAL**: Transformação da ETF-Palmas e EAFA em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFET – Tocantins. Palmas-TO, 2008.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA. **Regulamento do programa de assistência estudantil**. Palmas-TO, 2011.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia de Letras, 2000.

SEN, A; KLIKSBERG, B. **As pessoas em primeiro lugar: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SETEC. **Concepções e diretrizes**. Instituto Federal de Ciência, Educação e Tecnologia. Brasília: MEC, 2008.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, M. O. **O Bolsa Família no enfrentamento a Pobreza no Maranhão e Piauí**. São Paulo: Cortez, 2008

SPOSATI, A. de O. BONETTI, D. A. YASBEK, M.C. FALCÃO, M. do C. B. C. **Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise.** 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

TELLES, V. da S. **Direitos sociais: afinal do que se trata?** Belo Horizonte: UFMG, 1999.

VIEITEZ, C. G; BARONE, R. E. M. **Educação e políticas públicas: tópicos para o debate.** Araraquara, SP: Junqueira&Marin, 2007.

WENDHAUSEN, E. J. Pensando os direitos humanos como formadores de capital social: o trabalho infanto-juvenil na cultura do arroz no estado de Sergipe. **Serviço Social & Sociedade.** São Paulo: ed. Cortez, 2006.

ANEXO 1 – AUTORIZAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA

PRPPG-Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação
Comitê de ética em Pesquisa
Rua Visconde do Rio Branco, 210 Centro Taubaté-SP 12020-040
Tel.: (12) 3625.4143 – 3635.1233 Fax: (12) 3632.2947
cepunitau@unitau.br

DECLARAÇÃO Nº 011/12

Protocolo CEP/UNITAU nº 011/12 (Esse número de registro deverá ser citado pelo pesquisador nas correspondências referentes a este projeto)

Projeto de Pesquisa: *Educação e políticas públicas: impactos e contribuições do programa de assistência estudantil no desenvolvimento dos discentes do IFTO Campus Araguatins-TO*

Pesquisador(a) Responsável: Ágela Maria Pereira da Silva

O Comitê de Ética em Pesquisa, em reunião de **10/02/2012**, e no uso das competências definidas na Resolução CNS/MS 196/96, considerou o Projeto acima **Aprovado**.

Taubaté, 13 de fevereiro de 2012

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'M. Dolores Alves Cocco', is written over a faint circular stamp.

Prof. Dra. Maria Dolores Alves Cocco
Coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Taubaté

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO AO ESTUDANTE

INSTRUÇÕES GERAIS

1. Não é necessário expor o nome;
2. Não há obrigatoriedade de assinatura deste documento.

I- IDENTIFICAÇÃO

- 1 – Cidade onde reside atualmente _____
- 2 – Cidade de origem _____
- 3 – Idade: _____
- 4 – Sexo: () feminino () masculino
- 5 – Estado civil: () solteiro () casado () outra situação
- 6 – Modalidade: PROEJA () EMI () Subsequente () Superior ()
EAD () Concomitante ()
- 7 – Curso _____ Série ou semestre _____
Turno _____
- 8 – Beneficiado por qual auxílio: _____

II – OUTRAS INFORMAÇÕES

9 - Como você mora?

- () com toda família () sozinho () com amigos
- () com parentes () com uma família de favor () só com o pai
- () só com a mãe () com os irmãos () com os filhos
- () casa do estudante () em pensionato ou pensão () república
- () em quarto alugado de uma família () república paga pelo poder público, etc

10 - Tipo de moradia de sua família:

- () Própria quitada
- () Própria financiada.....Valor da parcela: R\$ _____
- () Alugada.....Valor da parcela: R\$ _____
- () CedidaPor quem? _____
- () HerdadaDe quem? _____
- () outros

11 - Número de cômodos da casa:

Banheiro () Quarto () Sala ()

12 - Em relação ao orçamento familiar, qual a sua situação atual?

() Depende inteiramente da ajuda dos pais.

() Depende financeiramente de outros parentes.

() É independente financeiramente.

() É independente financeiramente e responsável **por parte** das despesas domésticas.

() depende inteiramente dos recursos recebidos pelo IFTO

13 - Renda familiar mensal:

() menos de 01 salário mínimo () 01 salário mínimo

() 01 a 02 salários mínimos () 02 a 03 salários mínimos

() 03 ou mais salários mínimos

14 - Como você ficou sabendo da seleção do programa?

() site da escola () mural da escola () por meio de colegas

() Outras _____

15 – Qual é a importância do programa para a sua vida acadêmica?

16 – O que mudou em sua vida após a inclusão no programa:

Financeiro: _____

Educacional: _____

Familiar: _____

Outros: _____

17 – Em sua opinião quanto à garantia de igualdade de condições no acesso ao programa, você classifica:

péssimo regular bom ótimo

18 – Já pensou em desistir do seu curso?

Sim Não

19 - Se sua resposta for sim, por qual motivo?

falta de condições financeiras falta de apoio dos pais e familiares

falta de interesse falta de identificação com o curso

Outro motivo _____

20 - Uma das condicionantes do programa são a freqüência, o rendimento escolar e o adequado uso dos recursos financeiros. Você cumpre essa condição? De que forma?

Freqüência: _____

Rendimento escolar: _____

Adequado uso dos recursos financeiros: _____

21 – O valor recebido atende suas necessidades básicas?

sim não

De que forma?

22 – Você utiliza este recurso para a compra de quais produtos (indique numerando 1 para o mais importante, 2 em diante para outras aquisições dependendo da importância)

material escolar alimentação transporte

aluguel lazer/diversão

outros _____

Araguatins/TO, _____/_____/2012.